

**OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO, DA ORGANIZAÇÃO E DA PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA EM FACE DO MODELO AGRÁRIO BRASILEIRO:
Um estudo com pequenos agricultores organizados
no município de Porto Barreiro, Paraná.**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Cecília Maria Ghedini

Parecerista: Claudir Daltoé

CURITIBA

2008

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, minha esposa Carmem Janice Reveliau, aos meus filhos Gerciani Gonsalves de Oliveira, Reginaldo Gonsalves de Oliveira e Jader Agnaldo Gonsalves, pelo empenho no apoio que de uma forma ou de outra me ajudaram, e aos meus nove irmãos, por essa confiança e companheirismo que existe entre nós, que com certeza me ajudaram a ser mais forte nas horas de dificuldades.

EPIGRAFE

O futuro de uma sociedade não
se afirma em idéias, mas nos
elementos básicos
indispensáveis para gerar vidas.

Se caso perderes uma luta,
perca lutando, mas não perca
por não teres lutado.

Se um dia lutares pela verdade,
defenda-a pela sua essência,
pois assim ela não será relativa.

RESUMO

Este trabalho estudou os desafios da formação, da organização e da produção agroecológica em face do modelo agrário brasileiro a partir da comunidade Linha Gonçalves, um estudo realizado com pequenos agricultores organizados no município de Porto Barreiro, Paraná.

Depois de um percurso pela história da agricultura no Brasil, colocando como foco o trabalho indígena, a escravidão e a forma da divisão das terras no país, aspecto que influencia fortemente a forma da pequena propriedade no Brasil, fizemos um levantamento dos tipos de cultura agrícola desenvolvida pelas famílias camponesas, relacionando e discutindo também as tecnologias agroecológicas com base numa agricultura com raízes nas tradições, investigando algumas estratégias e os recursos empregados em face desses dois modelos e suas conseqüências práticas. Buscou-se também tratar da degradação do meio ambiente, na qual o modelo de produção agrícola tem grande responsabilidade e se constitui como parte da lógica do modo de produção capitalista, destacando-se também, nestas relações, que a formação e o desenvolvimento da cultura são parte essencial da educação, sem a qual não se torna possível conceber um projeto de sociedade que tenha por fim a emancipação humana.

Baseados nestas considerações propomos a adoção do modelo agroecológico como um grande potencial para a afirmação da identidade cultural das famílias camponesas envolvidas na produção, que poderão ser orientadas na perspectiva contra-hegemônica do modo de produção capitalista.

Com relação à educação e à formação dos agricultores para a agroecologia e seus desafios, tratamos da possibilidade de uma Educação do Campo no âmbito não só da escola formal, mas também dos saberes familiares na relação com o saber científico e também popular, construídos no coletivo tendo como foco a região Centro-Oeste e o Programa Saberes da Terra.

O Projeto Político Pedagógico do Programa Saberes da Terra e da turma "Sol Nascente" e suas práticas educativas permitia materializar a proposta de educação e formação dos agricultores para a agroecologia, bem como o comprometimento com o trabalho do povo camponês e de seus instrumentos de

organização. Tal processo de formação busca entender estes aspectos como uma forma de mediar a construção do conhecimento com os camponeses, privilegiando-o no sentido de fazê-lo acontecer sempre de forma coletiva e na sala de aula, bem como nas propriedades. O trato deste conhecimento feito com os educandos propõe preferencialmente temas e debates na perspectiva do desenvolvimento social, o que constrói também novas formas de se fazer escola para além da sala de aula, como costumeiramente compreendemos.

Apesar das limitações, este estudo buscou apresentar uma proposta de educação que possibilite de forma intencional e propositiva a relação desenvolvimento e educação, tendo como alternativa a Educação do Campo na perspectiva da formação e a adoção da agroecologia que poderá potencializar a produção e a emancipação das famílias agricultoras.

SUMÁRIO

Introdução	8
1. Uma breve retomada do processo da produção agrícola no Brasil e suas relações.....	15
1.1 Formação da pequena propriedade no Brasil.....	16
1.2 A organização do trabalho nestes primeiros tempos.....	18
1.3 A região do Centro-Oeste Paranaense e o município de Porto Barreiro.....	21
1.4 A Revolução Verde e seus impactos na vida dos camponeses.....	23
2. Conhecendo a Organização e o trabalho dos agricultores da Linha Gonçalves.....	31
2.1 Algumas relações da população estudada.....	31
2.2 A relação entre a agricultura tradicional e a produção para o mercado.....	35
3. A Educação e a formação dos agricultores para a agroecologia e seus desafios.....	43
3.1 A região Centro-Oeste e o Programa Saberes da Terra.....	43
3.2 O Projeto Político Pedagógico do Programa Saberes da Terra.....	45
3.3 A turma “Sol Nascente” e suas práticas educativas.....	48
Considerações finais.....	54
Referências bibliográficas	57
Anexo I	59
Anexo II	60

INTRODUÇÃO

Este trabalho estuda os desafios da formação, da organização e da produção agroecológica em face do modelo agrário brasileiro: um estudo com pequenos agricultores organizados no município de Porto Barreiro, Paraná, mais especificamente com famílias da Linha Gonçalves¹.

Faz um levantamento dos tipos de cultura agrícola desenvolvida pelas famílias de camponeses, relacionando e discutindo também as tecnologias agroecológicas, baseada numa agricultura com raízes nas tradições, na biodiversidade e na sustentabilidade, produção esta que se desenvolve aliada à natureza. Investiga, portanto, algumas estratégias e os recursos empregados pelos camponeses em face desses dois modelos e suas conseqüências práticas.

O desenvolvimento deste trabalho analisa também a degradação do meio ambiente, no qual o modelo de produção agrícola tem grande responsabilidade e se constitui como parte da lógica do modo de produção capitalista. Esta degradação atinge os seres humanos em todos os aspectos da sua vida, tanto no âmbito material da produção quanto no que diz respeito à qualidade de vida em geral e às condições sócio-cultural. Entende-se que a formação e o desenvolvimento da cultura é parte essencial da educação, sem a qual não se torna possível conceber um projeto de sociedade que tenha por fim a emancipação humana.

Com base nestas considerações, vê-se na adoção do modelo agroecológico um grande potencial para a afirmação da identidade cultural dos sujeitos envolvidos na produção, o que poderá ser orientado na perspectiva contra-hegemônica do modo de produção capitalista, tal como concebido por Gusman e Molina:

O conceito de potencial endógeno em agroecologia faz referência, não só ao plano do conhecimento local que possui um indivíduo sobre seus agroecossistemas, mas também ao compromisso que possui com a identidade vinculada a referido conhecimento e às comunidades locais que compartilham. Isto é, à identificação que os sujeitos estabelecem com os

¹ A Linha Gonçalves abrange uma parte do território rural do município de Porto Barreiro, está localizada à margem direita do Rio Cavernoso, afluente do Rio Iguaçu, cujas terras tiveram partes alagadas pela represa da Usina Hidroelétrica de Salto Santiago. A comunidade Linha Gonçalves é formada por 26 famílias de camponeses que têm a sua economia constituída pela produção a partir do próprio trabalho em pequenas propriedades rurais.

conteúdos históricos de suas próprias experiências vinculadas com as de seus antepassados, que sem dúvida possuem uma articulação com seus agroecossistemas. (2005, p. 78)

Tomando como referência o tipo de capitalismo de caráter monopolista, desenvolvido na era do imperialismo – “partilha do mundo” entre um pequeno número de nações ricas, tal como foi definido por Lênin (1992) e da forma como os países dominados, como o Brasil, fazem parte dessa partilha -, a realização deste estudo busca caracterizar, segundo as perspectivas dos próprios camponeses, as formas como eles se relacionam nos processos sócio-culturais e de produção no campo, a partir da existência de dois modelos, um subordinado às regras de utilização dos recursos agroquímicos industrializados e outro orientado por uma percepção agroecológica, centrada em tipos de produção que não agredam os recursos naturais.

A realização da pesquisa orientar-se-á com base nas seguintes questões: até que ponto a agroecologia poderá se tornar uma forma de produção que possibilite a sobrevivência da pequena propriedade rural, tendo em vista o modelo agrícola hegemônico? Que relação poderá ser desenvolvida entre a implementação das formas de organização da produção sob o modelo agroecológico e a educação destes camponeses? Como desenvolver planos pedagógicos visando educar o camponês para que este possa construir, em bases autônomas tanto material quanto culturalmente, projetos que visem produzir alimentos respeitando e defendendo a natureza, em lugar de produzir mercadoria, ao mesmo tempo em que afirme a identidade político-cultural dos camponeses?

Este estudo baseia-se numa pesquisa que se utilizou de dois procedimentos: pesquisa de campo com os agricultores e pesquisa documental. Foi realizado na Linha Gonçalves, município de Porto Barreiro, com um grupo de dez famílias, em média cinco pessoas por família, totalizando indiretamente cinquenta pessoas pesquisadas. A escolha desse grupo teve como recorte o fato de serem famílias com pouca terra, residentes naquela localidade. A pesquisa de campo foi através de um estudo de caso.

Os instrumentos usados para desenvolver a pesquisa foram a elaboração de questionários fechados com entrevistas, distribuídos um para cada família e recolhidos no prazo de cinco dias.

A pesquisa documental focou a experiência de Educação do Programa Saberes da Terra, realizado no território da Cantuquiriguaçu, especificamente a turma “Sol Nascente”, organizado na comunidade de Guarani do Cavernoso, município de Porto Barreiro-Paraná.

Com a realização desse estudo, tivemos a possibilidade em fazer uma leitura mais próxima da realidade do objeto de estudo, compreendendo melhor o espaço da comunidade de Linha Gonçalves e seus ocupantes no sentido do sistema produtivo, sócio-político-cultural, observando também como estava sendo levado em conta o meio ambiente na relação entre a produção e as questões educacionais. Na questão social nos deu condições de conhecer como os sujeitos desse espaço vivem socialmente na relação sujeitos- famílias - comunidade, o que ainda se conserva de valores culturais construídos e vividos historicamente pelas próprias famílias e outras interferências do modelo de desenvolvimento que o sistema traz para o convívio das mesmas.

Antigamente as famílias que viviam no campo ensinavam a seus filhos como produzir, ou seja, ensinavam a plantar, cuidar e colher os frutos que alimentaria a família. Hoje muitos filhos de agricultores não sabem o que é pôr uma semente na terra, pois encontram todos os alimentos prontos. Comprova-se que muitas famílias que produzem todos os alimentos na agricultura conseguem ter uma vida com melhor qualidade que as famílias que vivem e são assalariadas na cidade, com uma renda média de R\$ 200,00 por mês, tendo que comprar todos os alimentos.

No modelo de produção que hoje se vivencia, as pessoas perderam o sentido de trabalhar na agricultura. Com a tecnologia, as famílias se acomodaram, só uma pessoa trabalha, o restante não precisa trabalhar, só se conhece superficialmente a tecnologia aplicada, há dependência dos técnicos e os agricultores só tem certeza que precisa comprar sementes e insumos e que custam caro! Perderam as certezas que tinham sobre suas formas de plantar, manejar, colher e armazenar as culturas que produzem.

As mudanças na tecnologia, que incluem os maquinários, levaram ao abandono das práticas manuais, já não existe o coletivo e as pessoas desanimaram no campo, ficando dependentes do modelo. O modelo da agricultura colocou o agricultor em contradição, pois ele precisa produzir, mas a forma como produz destrói o meio de produção que lhe garante a prática na agricultura; por

exemplo, ao jogar veneno nos rios, prejudica a ele mesmo, já temos falta de água, lixo exposto, entre outros problemas ambientais mesmo no campo.

Faltam conhecimento e consciência ecológica para compreender que a fertilidade está na natureza para usar adubos orgânicos, sobra mão-de-obra na unidade de produção e, no entanto, afirma-se que não tem trabalho para a juventude.

Cabe ressaltar que este estudo encontra sentido na subjetividade de quem o desenvolve, um sujeito que vem de uma cultura preta de valores, tradições e costumes tipicamente camponeses.

É importante trazer aqui um pouco do autor deste trabalho, que faz, na expressão que lhe é característica: os versos. É através deles que apresentamos um breve relato histórico de sua vida e de sua família, no contexto social onde vive:

Joaquim Gonçalves meu avô/Desta comunidade foi fundador e pioneiro/ Nas margens do Rio Cavernoso, /No interior de Porto Barreiro. No início do século XX chegou aqui abrindo picadas/ Nas margens daquele Rio, construiu sua morada/ Com Antônia Ferreira da Rosa, mais tarde se casou / Criaram 9 filhos legítimos e 12 que ele adotou. Um deles, meu pai Pedro Gonçalves/ Uma nova família formou/ Com Ana Costa de Oliveira/ O casal 10 filhos criou. Eu Jorge Gonsalves de Oliveira/ Com mais 9, meus irmãos/ Todos lidando no campo/ Tirando o sustento do chão. Meus pais e meus avós/ Nunca distante mudaram/ Construíram seus projetos de vida/ Nesta querência sempre moraram. Porém na década de 70/ A paisagem daqui modificou/ Com a construção de uma hidrelétrica/ As nossas terras a água inundou. Perdemos uma história de vida/ Onde tudo ali começou/ Mudamos nas margens do lago/ No resto da terra que sobrou. Passou a chamar Linha Gonçalves aquela localidade/ Tenho a cultura do campo nunca vivi na cidade/ Trago isso na minha estampa, / Essa é minha identidade. Aprendi tocar cordona, /Quis ser poeta e cantor/ As nossas coisas crioulas, / Sempre dei muito valor. Trabalhei 10 anos com música, / Animando baile em galpão /Vivendo em fundo de campo, /Lidando com a criação. Tenho orgulho em ser campeiro, e honrar essa tradição /Porém, o tal de progresso, com teorias não compreendidas/ Infiltrou no espaço do campo, / Culturas desconhecidas. Com esse desenvolvimento louco, / Fui perdendo pouco a pouco/ O meu projeto de vida. No contexto onde vivo, aumentou a necessidade / Em ter uma escola do campo com conhecimento de verdade /Dessa escola eu faço parte

/Trabalho sou professor. Construindo o conhecimento/ Junto com o povo agricultor.
Resgatar no sujeito humano/ Sua autonomia e seu saber / E juntos podemos
desenvolver /Uma educação com mais valor. De um saber profundo/ Com melhor
visão de mundo/ Do povo trabalhador.

Desta pesquisa destaca-se como objetivo central analisar os desafios da formação, da organização e produção agroecológica para famílias de pequenos agricultores da comunidade de Linha Gonçalves, em Porto Barreiro, tendo como perspectiva processos de formação como o Programa Saberes da Terra. Pretende-se também compreender as questões e conseqüências da Revolução Verde e da Agroecologia na relação com as condições de vida, de renda, de organização e produção dos pequenos agricultores, buscando-se também analisar formas pedagógicas de educação que possibilitem o desenvolvimento da autonomia material, econômica, política e cultural dos camponeses e seus familiares, tomando por base o Programa Saberes da Terra e suas potencialidades na relação com a turma de educandos Sol Nascente.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de contribuir, além dos levantamentos de dados bibliográficos e da realidade como forma de entender o contexto do objeto aqui estudado e sua relação com os camponeses desde sua forma de vida na relação com a sociedade.

Esta pesquisa, na questão educacional e cultural não é neutra, pois procura entender a educação e a cultura do povo camponês, buscando o entendimento de que a educação poderá ser alienadora quando não parte das raízes culturais das pessoas que vivem neste espaço.

Portanto, faz-se necessário este estudo para pensarmos uma Educação do Campo como concepção de entendimento do desenvolvimento social do campo, que leve em consideração os valores e a cultura de um povo camponês.

O primeiro capítulo - *Uma breve retomada do processo da produção agrícola no Brasil e suas relações* - tratará da formação da pequena propriedade no Brasil, desde os indígenas até a origem do povo camponês, também de alguns aspectos sobre o trabalho nestes primeiros tempos e as marcas que ficaram na vida do campo, como referência às pequenas propriedades existentes e sua tradicional organização. Tratamos também do modo mais atual de produção do campo, analisando a Revolução Verde e seus impactos na vida dos camponeses, onde se

destaca o modelo agrícola, a perda dos costumes da agricultura tradicional e a situação das famílias camponesas decorrente desse modelo.

No segundo capítulo - *Conhecendo a organização e o trabalho dos agricultores da Linha Gonçalves* - pretende-se através de levantamentos de dados com a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo com as famílias agricultoras compreender algumas relações da população estudada, considerando a agricultura tradicional e a produção para o mercado. Assim, verificar e analisar se é viável a forma de produção da monocultura, a diversificação da mão-de-obra familiar ou mecanizada para o desenvolvimento do campo, considerando a formação e educação necessárias para avançar nos aspectos da produção da família camponesa. Trata-se, portanto, de demonstrar que mesmo com o avanço tecnológico não se resolveu o problema do povo camponês, ou seja, continua na dependência do mercado, não produzindo, assim, o suficiente para sua sustentabilidade.

No terceiro capítulo - *A educação e a formação dos agricultores para a agroecologia e seus desafios* - tratar-se-á da possibilidade de uma Educação do Campo no âmbito não só da escola formal, mas também dos saberes familiares na relação com o saber científico e também popular, construídos no coletivo tendo como foco a região Centro-Oeste e o Programa Saberes da Terra. Em seguida, trataremos do Projeto Político Pedagógico do Programa Saberes da Terra e da turma "Sol Nascente" e suas práticas educativas. Sendo assim, desenvolvemos a tematização da educação e formação dos agricultores para a agroecologia e o comprometimento com o trabalho do povo camponês e de seus instrumentos de organização. Entendem-se estes aspectos como uma forma de mediar o conhecimento com o camponês, pois acontece sempre de forma coletiva em sala de aula e também nas propriedades com professor pedagógico e o educador técnico, um conhecimento que os educandos ajudam a construir, visando um novo desenvolvimento social e construindo uma nova forma de se fazer escola para além da sala de aula.

Finalizando, queremos que esta caminhada de estudos, pesquisas e reflexões possibilite analisar melhor o conceito de desenvolvimento social e produtivo do campo e, assim, entender a forma de uso do espaço do campo brasileiro e dos sujeitos que nele vivem. Neste sentido, queremos também apresentar uma proposta contra-hegemônica na relação de desenvolvimento e

educação, tendo como alternativa a Educação do Campo na perspectiva da formação a adoção da agroecologia que poderá potencializar a produção e a formação das famílias agricultoras.

Mas, um camponês consciente
Tem muita sabedoria popular
Embora sem estudar
Pois o sistema os negou o estudo
Sabe um pouco de tudo
Usa a ciência e a harmonia
Com base na Agroecologia
E solidariedade
Constrói sua sustentabilidade
E o futuro da família.²

² Os poemas que aparecem sem autor, são de autoria do educando que escreve esta monografia, que tem preferência por esta forma de linguagem e expressão. Serão mantidas na forma original.

1. UMA BREVE RETOMADA DO PROCESSO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL E SUAS RELAÇÕES

Neste primeiro capítulo abordamos alguns textos chave e vários autores que construíram suas obras referentes à agricultura brasileira para assim poder entender melhor o modelo de agricultura praticada no Brasil, já desenvolvida pelos povos indígenas, desde a formação da pequena propriedade até os dias de hoje, seguida pelas referências trazidas pelos escravos e imigrantes e sua relação com o que hoje se constitui como a pequena propriedade no campo.

A partir dos anos 60, quando em vários países da América Latina e no Brasil foi implantado um projeto tecnológico conhecido como “Revolução Verde”, tendo como base a pesquisa e os insumos, sobras de tecnologias da II Guerra Mundial, como máquinas, produtos químicos e outros produtos utilizados então para o cultivo de produtos agrícolas, a idéia principal seria o aumento da produção e produtividade nas atividades agropecuária. Havia também a intenção de estabelecer relações comerciais com países conhecidos como periféricos do planeta, inclusive os latino-americanos.

As influências desse modelo de produção para o mercado do sistema capitalista associado ao crédito financeiro nos bancos levou ao endividamento dos pequenos produtores e à formação de latifúndios. Os interesses na produção em larga escala a qualquer custo e uma estreita visão com relação à sustentabilidade não levaram em consideração os impactos sociais e ambientais, pelo contrário, criou-se e aplicou-se uma ideologia desviando a atenção, como se tudo acontecesse naturalmente, e se homogeneizou a idéia da monocultura. Por outro lado, já se fazia uma agricultura de resistência por famílias camponesas que tentavam se organizar em Movimentos Sociais.

1.1. Formação da pequena propriedade no Brasil

A agricultura no Brasil já era realizada pelos povos indígenas, quando os portugueses chegaram em 1500. Era uma forma de agricultura “sustentável”, com sementes reprodutivas, talvez milenares.

O trabalho neste tipo de agricultura era coletivo, sendo que todo o preparo do terreno era feito pelos homens da tribo. O plantio das lavouras ficava por conta das mulheres, pois, na crença dos indígenas, a germinação da planta na terra tem a ver com a fertilidade feminina. A colheita realizava-se em comunidade, com festa, por terem retirado da terra o sagrado alimento; então, toda a produção era socialmente repartida a toda comunidade que ali vivia.

Com a chegada dos europeus, muitas comunidades indígenas foram perdendo seus hábitos, pois foram influenciadas, forçadas e até dominadas pela cultura européia. A imposição desta cultura, e com ela uma outra forma de pensar a existência, teve duas palavras chave que retratam o tipo de desenvolvimento trazido: “lucrar” e “explorar”.

No trato da terra também nada se fizera no sentido do melhor aproveitamento, restauração ou mesmo simples conservação das propriedades naturais dos solos. O sistema de monocultura e o espírito que anima o produtor colonial são disto os principais responsáveis. Ela faz convergir para um único fim, com o objetivo de um máximo e momentâneo proveito, todas as atenções e esforços; verdadeiro processo de bombeamento dos recursos naturais do solo; “agricultura extrativista”, já foi ela denominada. (PRADO JUNIOR, 1976, p.88)

Com essa nova forma de pensar o desenvolvimento a partir do lucro, começa, então, a exploração de minérios e madeiras valiosas para exportação e o trabalho do povo indígena passa a ser mão-de-obra escravizada.

Neste contexto, a agricultura existente no Brasil sofreu também grande influência de outras espécies de culturas vindas da Europa e, com a idéia da exportação, por se ter aqui uma terra fértil para a produção em grande escala, além de outros produtos valiosos. Começou-se o transporte de produtos agrícolas do Brasil para serem trocados por outras mercadorias na Europa.

Inicia-se também a navegação, levando mercadorias do Brasil para alguns países europeus, que logo seguiam para o continente africano, onde eram

trocadas por negros, que eram trazidos ao Brasil para trabalharem como escravos. Assim, o primeiro povoamento será

...constituído, ao lado de uma pequena minoria de dirigentes brancos, da grande maioria de outras raças dominadas e escravizadas, índios e negros africanos, cuja função não foi outra que trabalhar e produzir açúcar, tabaco, algodão, ouro e diamantes que pediam os mercados europeus. O mesmo se deu na distribuição daquele povoamento, condensando-se exclusivamente lá onde era possível produzir daqueles gêneros e se pudessem entregá-los com mais facilidade ao comércio internacional. (PRADO JUNIOR, 1976, p. 118)

Conforme Morissawa (2001), nesse período passa a ficar muito forte a monocultura da cana-de-açúcar e um pouco mais tarde do café. O governo português, tendo já dividido o Brasil em 12 grandes propriedades e doado a alguns de seus amigos com interesse de colonizar o território brasileiro, afirmava-se noutra lógica de produção e distribuição de tarefas diferentes daquela que o povo indígena desenvolvia; agora a mão-de-obra é coletiva, mas a produção é individual (dos donos de terras). Então, os donos das grandes propriedades não podiam vender essas terras, mas tinham autorização da coroa portuguesa de entregar parcelas de terra, as sesmarias, às pessoas que quisessem produzir nelas. Chamou-se de sesmarias essa nova divisão de terras pela qual as pessoas que prestavam algum serviço para o governo e que por isso tinham a sua proteção eram presenteadas. Geralmente recebiam uma em seu nome, outra no nome do filho mais velho e outras em nome do filho e filha ainda pequenos ou de berço; deste modo, há de quatro ou mais sesmarias para cada família.

Sesmaria seria o nome dado às doações de terras, foi um sistema de distribuição de terras criado em 1534 pelo rei de Portugal D. João III, com a idéia de ocupação de regiões ainda não dominadas por Portugal. Esse sistema durou até a criação da "Lei de Terras" de 1850. Uma sesmaria media, em média, 1089 hectares. (PIRES, 1999, p. 35)

De acordo com Morissawa (2001), os proprietários deviam povoar e explorar com recursos próprios e governar em nome da Coroa as suas terras, além de terem diversos direitos que os deixariam livres de pagar tributos referentes às suas vendas, tanto de matéria-prima quanto de escravos. Além disso, cabia-lhes ainda a distribuição de sesmarias aos colonos, os quais podiam fundar vilas e, assim, construir câmaras municipais e juízes. A maioria dessas propriedades não se desenvolveu por falta de interesses dos donos dessas terras.

O regime de posse da terra foi o da propriedade alodial e plena. Entre os poderes dos donatários das capitâneas estava, como vimos, o de dispor das terras, que se distribuíram entre os colonos. As doações foram em regras muito grandes, medindo-se os lotes por muitas léguas. O que é compreensível: sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários. Além disso, e, sobretudo por isso, há um fator material que determina este tipo de propriedade fundiária. A cultura da cana somente se prestava, economicamente, as grandes plantações. (PRADO JUNIOR, 1976, p.33)

Segundo Prado Junior (1976), mais tarde, com a abolição da escravatura, pelo meado do século, XIX, tendo o povo pobre ficado livre, os proprietários faziam o máximo possível para impedir a saída dos trabalhadores das suas terras. Continuavam produzindo a agricultura como meeiros, sendo que a metade da produção ficava com o dono da propriedade; assim o trabalhador não conseguia autonomia e continuava servindo o patrão.

Outros que conseguiram adentrar nas matas e produzirem sua sobrevivência formando comunidades bastante distantes do sertão passaram a ser chamados de sertanejos ou caipiras pela população ligada à elite da época, havendo certo preconceito em relação a essas pessoas. Dessa forma, por não se tornarem donos de extensões de terras e também não tendo patrões, produzindo sua própria existência, pode-se dizer que se inicia nessa época a origem do povo camponês.

1.2. A organização do trabalho nestes primeiros tempos

A lógica de colonização trazida provocou uma mudança na forma de se pensar o trabalho. A mão-de-obra que existia no Brasil, com o povo indígena, passou a ser voltada para o interesse do povo recém chegado. Como o povo indígena desenvolvia o trabalho na forma de sua tradição e costume, que era coletivo para atender as necessidades da comunidade, a mão-de-obra estava relacionada à sua forma de vida na relação com a natureza. A existência e os elementos básicos que geram a vida eram considerados coisas sagradas de sua religiosidade. Toda a produção, fruto do seu trabalho e da natureza, era motivo de ritual e comemoração.

A preservação e o cuidado com a natureza faziam parte da questão educativa, passando de geração para geração a forma produtiva de sua própria descendência. A contradição no conceito do trabalho foi muito grande com a chegada do povo europeu e a nova forma dele pensar o desenvolvimento. Todo trabalho, que era autônomo, daquele povo das comunidades indígenas, passou a ser trabalho com interesses dos outros; além deles serem obrigados a trabalharem, ainda que no coletivo, na extração de madeira, frutas ou minérios, o resultado desse trabalho já estaria direcionado ao lucro de poucos que transportariam esses produtos para a Europa.

Prado Junior (1976) nos mostra que os indígenas foram atormentados por idéias estranhas, desconhecidas; dessa forma, a exploração iniciou e foi se estendendo por todo o litoral brasileiro. Muitas comunidades indígenas foram escravizadas, prestando mão-de-obra sem receber nada em troca. Muitos indígenas não aceitavam essa forma de trabalho imposta pelos europeus e fugiam para a mata; às vezes se organizavam e voltavam para um confronto, mas suas armas eram menos potentes, e, portanto, sempre eram derrotados.

Aos poucos se foi tornando necessário forçá-lo ao trabalho, manter vigilância estreita sobre ele e impedir sua fuga e abandono da tarefa em que estava ocupado. Daí para a escravidão pura e simples foi apenas um passo. Não eram passados ainda 30 anos do início da ocupação efetiva do Brasil e do estabelecimento da agricultura, e já a escravidão dos índios se generalizara e instituíra firmemente em toda parte. Isto não se fez, aliás, sem lutas prolongadas. Os nativos se defenderam valentemente; eram guerreiros, e não temiam a luta. A princípio fugiam para longe dos centros coloniais; mas tiveram logo de fazer frente ao colono que ia buscá-los em seus refúgios. Foi este um período agitado da história brasileira. Às guerras entre colonos e indígenas acrescentaram-se logo as intestinas destes últimos, fomentadas pelos brancos e estimuladas pelo ganho que dava a venda de prisioneiros capturados na luta. De toda esta agitação eram os índios naturalmente que levavam o pior. (PRADO JUNIOR, 1976, p. 35)

Assim, nas décadas seguintes, quando as riquezas do litoral já haviam sido exploradas, os invasores começaram adentrar no sertão, continuando a exploração. Ao ir se distanciando dos portos marítimos, mais mão-de-obra dos indígenas seria necessária, devido à distância para transportar as mercadorias retiradas da natureza. Para manter tal processo de exploração e exportação das riquezas brasileiras, o trabalho escravo deveria ser legitimado em lei que garantisse tal tipo de submissão.

Para fazer frente a este estado de coisas, a metrópole procurará legislar na matéria. Data de 1570 a primeira *carta régia* a respeito. Estabelece-se nela o direito da escravidão dos índios, mas limitada aos aprisionados em “guerra justa”. Era entendida como tal aquela que resultasse de agressão dos indígenas, ou que fosse promovida contra tribos que recusavam submeter-se aos colonos a entrarem em entendimentos com eles. A esta lei sucederam-se, a jato contínuo, outras sucessivas que seria muito longo analisar aqui. Mas todas mantiveram em princípio a escravidão dos índios, que somente será abolida inteiramente em meados do século XVIII. Manter-se-á, aliás, mesmo depois, embora mais ou menos disfarçada. (PRADO JUNIOR, 1976, p. 37)

Nesta época, já se fazia uma pequena agricultura, talvez pensada pelos portugueses para retirar daqui a comida do povo que estava em trabalho. Existiam alguns produtos cultivados pelos indígenas e também a cana-de-açúcar, trazida pelos europeus.

A população indígena contribuiu em grande parte para esta classe de pequenos produtores autônomos. Os primeiros colonos chegados tiveram naturalmente que apelar, de início para os índios a fim de satisfazerem suas necessidades alimentares; ocupados em organizarem suas empresas, não lhes sobrava tempo para se dedicarem a outras atividades. Os índios, que no seu estado nativo já praticavam alguma agricultura, embora muito rudimentar e seminômade, encontraram neste abastecimento dos colonos brancos um meio de obter os objetos e mercadorias que tanto prezavam. (PRADO JUNIOR, 1976, p. 42)

Os produtos produzidos aqui não seriam distribuídos para as comunidades indígenas, mas para alimentar os que serviam de mão-de-obra. Assim, foi se estendendo essa forma de ocupação em grande parte do território brasileiro. O trabalho sendo feito por muitos, pra atender o interesse de poucos.

Segundo Del Priore e Venâncio (2006), as pessoas que prestavam serviços na extração de madeiras, minérios, frutas nativas e, mais tarde, na criação de gado, plantio da cana-de-açúcar e trabalho nos engenhos, toda produção para exportação, perceberam a necessidade de produzirem para o seu próprio consumo. Enquanto os homens e parte da família trabalhavam aos senhores, as mulheres e as crianças faziam um pequeno plantio de vários produtos; inicia-se então a agricultura do auto-consumo. Com a chegada dos negros africanos no Brasil para trabalharem como escravos na monocultura da cana, uma nova forma de pequena agricultura também passa a se desenvolver: o plantio de várias espécies de plantas para alimentos e a criação de alguns animais domésticos.

Aos africanos reservava-se o trabalho mais árduo. Em contrapartida, muitos recebiam em usufruto parcelas de terras nas quais podiam cultivar, nos fins de semana e feriados, produtos para consumo próprio ou para serem vendidos. Rações de farinha de mandioca ou milho, coquinhos chamados "aquês", feijões, arroz e hortaliças compunham o cardápio alimentar dos moradores do engenho e, por extensão, em maior ou menor quantidade, o dos escravos. (DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2006, p. 44)

Com a abolição da escravatura, a terra estava na mão de grandes latifundiários e muitos escravos não tinham condição nenhuma de sobreviver em outros espaços, portanto, continuavam trabalhando e produzindo para os fazendeiros; alguns ocuparam também os espaços mais distantes, de difícil acesso.

Assim também aconteceu com os imigrantes trazidos da Europa, pois os latifundiários convenceram-se de que era mais vantagem a parceria com colono ou o trabalho assalariado do que a continuidade da escravidão. Contudo, esta relação estava muito próxima de uma relação de escravos e continuava representando vantagens aos latifundiários. (MORISSAWA, 2001)

Esta mistura de agricultura indígena, de tradições e costumes africanos, juntamente com os imigrantes europeus e a descendência dessas três raças deu início ao que chamamos hoje de pequenas propriedades. Entretanto, podemos dizer que a consolidação deste processo não foi pacífica.³

1.3 A região do Centro-Oeste Paranaense e o município de Porto Barreiro

Segundo Morissawa (2001), o Estado do Paraná ficava situado na capitania de São Vicente⁴, esta sendo localizada nas terras ao leste do Estado, próximo ao Oceano Atlântico. A capitania de São Vicente foi uma das que mais progrediu e, por esse fato, muitas sesmarias foram distribuídas até mesmo em

³ Estes embates de camponeses que lutavam por terra e lugar para dar conta de sua produção mais tarde geraram várias lutas, dentre elas a Revolução de Canudos, no interior do Estado da Bahia, que durou de 1893 a 1897, a Guerra do Contestado, que vai de 1912 a 1916, na região Sul do Brasil, envolvendo Paraná e Santa Catarina, entre outras.

⁴ A Capitania de São Vicente foi uma das Capitanias hereditárias estabelecidas por Dom João III, em 1534, no Brasil Colônia, visando incrementar o povoamento e defesa do território; seu primeiro donatário foi Martim Afonso de Souza. Até meados do século XVII, o litoral sul da capitania de São Vicente, hoje pertencente ao Estado do Paraná, foi esporadicamente visitado por europeus que buscavam madeiras de lei. (S/A, fonte da internet. http://pt.wikipedia.org/wiki/Capitania_de_S%C3%A3o_Vicente)

outras regiões do Estado do Paraná, onde hoje está localizado o território⁵ Cantuquiriguaçu; mais precisamente no município de Laranjeiras do Sul e seus arredores houve esse tipo de distribuição de terra.

A distribuição aqui ocorrida se deu a um senhor chamado José Nogueira do Amaral, degredado⁶ pelo governo paulista, que recebeu do governo da época uma sesmaria, a qual ficou conhecida por Sesmaria dos Nogueiras. Ele foi o primeiro a ocupar a região e ficou conhecido como “Nogueirinha”, considerado junto com alguns homens e mulheres como os primeiros não-índios e não-espanhóis que aqui chegaram; inicia-se então a ocupação deste espaço pelos homens brancos; é o que afirma Pires (1999):

A história registra que José Nogueira do Amaral, um dos primeiros desbravadores de nossa região, no ano de 1848 teria sido degredado para estes sertões, após comutação da pena de morte que lhe havia sido imposta por crime cometido em São Paulo. Nogueira travou muitos combates com os índios quando muitos destes morreram. (MUSSOI, 1997, pág. 27, apud PIRES, 1999, pág. 36)

Ainda segundo o autor, nessa região ao que se refere sobre os primeiros moradores não-indígenas, não se constata nenhuma referência de habitantes espanhóis. Apenas registros de algumas incursões espanholas datadas de 1541, com Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, posteriormente governador do Paraguai.

Conforme Pires (1999), em Porto Barreiro, o primeiro povoamento de não-índios começou pela Comunidade de Guarani dos Pobres⁷, tendo como primeiros habitantes que se estabeleceram na nossa região por volta de 1860: Maria Gonçalves da Cosa, Catarina da Costa e seu marido Joaquim da Costa. Dona Maria Gonçalves, falecida em 1915, criou um neto chamado Joaquim Gonçalves, nascido em 1900.

As atividades desenvolvidas por esses primeiros habitantes eram de abrir picadas (caminhos), plantar e cuidar das roças; em outros momentos fabricavam produtos artesanais, como: baixeiros, esteiras de palha, cangalhas,

⁵ “O território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas para o desenvolvimento de uma área”. (RODRIGUES, José Inácio Sodré, fonte da Internet www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/13240)

⁶ Degredo era uma forma de pena aplicada a alguns criminosos do Brasil oitocentista, que permitia a eles ir para os campos de Guarapuava, Província Mineira e Tocantins, como pagamento de sua pena.

⁷ Hoje conhecido como Guarani do Cristo Rei.

bruacas, gamelas, pilões e outros utensílios também necessários para a sua subsistência ou para seu auto-consumo. Nos espaços ocupados, as famílias moravam próximas umas das outras, provavelmente para terem mais segurança e garantirem a sobrevivência, pois é comum verificar na vida de famílias que vivem no campo o desenvolvimento de algumas formas de ajuda mútua.

Nas diversas localidades de Porto Barreiro foi encontrado o sistema de modo de vida e produção chamado de faxinais e ajuda mútua (mutirões) ou “puxirão”; este sistema era usado desde a derrubada do mato ou capoeira para fazer a roça no plantio, nas carpidas e nas colheitas.

Nos mutirões era comum, na hora da comemoração do trabalho feito ou da colheita conseguida, a apresentação de uma dança realizada, principalmente pelos homens, chamada “catira”. Alguns dos catireiros –dançadores de catira –mais famosos do Barreirinho foram Manoel Antônio de Oliveira e José Antônio de Oliveira. Prof. Helena Gonçalves Gandim (PIRES, 1999, p.49)

Onde era mata nativa, ervais, pinheirais e onde já se fazia algum tipo de cultivo, o trator de esteira entrava fazendo destoque, e outras máquinas na área de mecanização para produção da monocultura do milho e soja. Com a ocupação dos espaços, nas décadas de 70 e 80, pelos agricultores gaúchos vindos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi visível a implantação do pacote tecnológico da Revolução Verde.

Este mecanismo contribuiu muito com o êxodo rural na região sul do Brasil, nos anos 70 e 80. Além dele, a construção de Usinas Hidroelétricas, inundando milhares de alqueires de terra, causando um grande problema público, social e ambiental em que inúmeras famílias camponesas perderam suas terras debaixo d’água das represas, o que foi um outro fator que provocou êxodo rural. Neste município também se viveu esta situação, com a construção da Usina Hidroelétrica de Salto Santiago, pois muitas famílias agricultoras tiveram suas terras inundadas, inclusive as famílias da comunidade de Linha Gonçalves.

1.4. A Revolução Verde e seus impactos na vida dos camponeses

O desenvolvimento trazido pelo capitalismo agrário levou este povo a se tornar vítima da exploração, em meados do século XX, com o modelo tecnológico do pós-guerra, que utilizou a química da guerra para a química na

agricultura, denominado de “Revolução Verde”. Ainda na antevéspera da Segunda Guerra Mundial na década de 1930, a química já descoberta dispunha de um imenso arsenal de produtos (gases) tóxicos e outras armas pesadas.

Usando o pretexto da grande destruição e da crise de alimentos passa-se a utilizar o discurso da produção em grande escala para “combater a fome no mundo”, que dominado pelo sistema imperialista praticava e incentivava dois principais tipos de agricultura: a agricultura extensiva e a agricultura intensiva.

Na Europa e também no Japão, onde se praticava mais a agricultura intensiva por falta de solo fértil, na intenção de produzir mais e mais, surge a idéia de substituir a falta de fertilidade do solo por insumos e fertilizantes fabricados nas indústrias químicas.

Para implantar o modelo agro-químico, os norte americanos (sede do império), europeus e japoneses (sub-sedes) iniciam um programa específico. Primeiro: propaganda maciça da abundância, de riqueza no campo, contrastando com a fome e a desordem nos países alvo. Segundo: visitas e cursos para funcionários públicos e cientistas, professores, para conhecerem a “disneylândia agrícola”, o sistema americano. Muitos brasileiros para lá viajaram com todos os custos pagos. Terceiro: criou-se um sistema de educação para o agricultor, que visava introdução de crédito na agricultura. Com este interesse a Fundação Rockefeller, abre um Escritório de Crédito e Assistência Rural em Assunção, Paraguai. Este escritório “laboratório” não visava benemeritamente melhorar a agricultura guarani, mas instalado no país mais atrasado da América do Sul, tinha por objetivo aperfeiçoar um modelo e poder transformar, ou melhor, como já foi dito, intrometer-se na agricultura latino americana. O segundo passo foi no Brasil e em Minas Gerais. O que desse certo em Minas poderia ser usado no mundo com segurança, devido à cultura desconfiada da população, em especial a rural. Este escritório foi pioneiro do sistema ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Técnica Rural hoje EMATER). Aqui, na Ásia, África e Oceania e até na Europa, o crédito trouxe a tecnologia da Fundação Rockefeller e houve um aumento de moeda circulante entre os agricultores. Enganosamente pensaram estar ricos e ingressaram no mundo do consumismo. Parece incrível, mas o dinheiro fácil corrompeu a cultura do homem do campo. (SABERES DA TERRA, s/d Cad. 04 e 05, p. 10)

Assim como em algumas outras partes do mundo, na América, nessa época, prevalece a agricultura extensiva, onde há muito solo produtivo para explorar, o que seria necessário para produzir em grande escala era substituir a mão-de-obra braçal e a tração animal pelas grandes máquinas. Segundo Assesoar (2007), a agricultura passou a sofrer grandes modificações. Cientistas de vários lugares do mundo descobriram que as substâncias tóxicas que foram utilizadas na guerra, podiam ser usadas também para matar as plantas e os insetos. Dessa

forma, as indústrias perceberam que teriam um grande mercado lucrativo, através de vendas de agrotóxicos, implementos, maquinários, adubos químicos, sementes híbridas, entre outros; ou seja, tudo o que fosse necessário para a agricultura, as indústrias forneciam.

A partir daí, prevalece a idéia de que só seria viável fazer agricultura utilizando essas tecnologias modernas, o que se chamou de proposta tecnológica da Revolução Verde, uma agricultura modernizada com pacote tecnológico completo e políticas de créditos para financiar máquinas, implementos, sementes e insumos agrícolas. As mesmas grandes indústrias dos países dominantes e dominados, agora no comando daqueles que venceram a guerra, continuam fabricando máquinas pesadas e insumos químicos e tóxicos para uma nova guerra que se inicia, a guerra contra a natureza.

Segundo Görgen (2004), a primeira fase da Revolução Verde implantou-se com a propaganda maciça do pacote tecnológico em pontos estratégicos aqui na América do Sul, especialmente Brasil e Paraguai. Sendo os dois países, assim como outros da América do Sul, governados por sistemas militares mantidos pela influência do poder político norte-americano, que tinha interesse em expandir esse tipo de mercado.

Conforme Assesoar (2007), a educação, também a serviço desse mercado capitalista, tentava conscientizar a população com a nova tecnologia com a frase sustentada numa falácia, em todo o planeta: "Há muita fome no mundo, portanto, precisamos produzir em grande escala"; isto é, a população recebia apoio do governo e das indústrias que apostaram na Revolução Verde como instrumento para produzir mais alimentos e "acabar com a fome no mundo". O objetivo principal desta primeira fase da Revolução Verde seria retirar do agricultor a forma tradicional de produzir a sua existência no campo e aderir ao plantio da monocultura, quer dizer, plantar mercadoria; assim o agricultor passa a produzir tudo para o comércio e comprar tudo do comércio, precisando definitivamente da circulação de mercadorias do mercado capitalista.

O capitalismo de nossos dias, que é o capitalismo em sua mais elevada fase de desenvolvimento, é algo bem distinto do capitalismo clássico que costuma ser descrito nos manuais correntes de economia política, em que se costumam louvar aqueles que defendem as atividades e iniciativas de empresas internacionais em nosso país. O moderno capitalismo não se caracteriza mais pela simples aplicação e inversão produtiva de certa disponibilidade de valores que constituiria o capital do empreendimento. O

moderno lucro capitalista (que, ao contrário do passado, se apresenta hoje nas operações e finanças dos trustes com mil formas e disfarces que vão desde a remuneração de diretores e gerentes até os proventos derivados de manipulações financeiras), o lucro capitalista na atualidade é função muito menos da soma de capital originário e legítimo com que se constituiu a empresa, que da extensão que ela atinge e da proporção de poder aquisitivo da massa consumidora sobre que o empreendimento consegue lançar o seu domínio. (PRADO JUNIOR, 1976, p. 326)

Nesse modelo, a agricultura é considerada uma atividade empresarial, pois tudo depende da indústria, desde a grande máquina sofisticada, a correção do solo, semente e insumos, como: herbicidas, fungicidas, inseticidas, uréia, adubos solúveis, entre outros. Assim, a agricultura passou dispensar a mão-de-obra familiar, produziu em quantidade, porém, quem fica com a renda não é quem produz, mas as empresas; dessa forma, a agricultura transfere renda à indústria e ao comércio.

Fórmulas de fertilizantes sintéticos, reluzentes tratores, o milho híbrido, as galinhas poedeiras que põem 365 ovos por ano cativam o mundo, a agricultura extensiva vai esquecer-se da área e preocupar-se com a produtividade. Por trás da produtividade do milho híbrido está a necessidade de maiores quantidades de fertilizantes. Mais importante, a intromissão do capital (estrangeiro) na agricultura e a dependência a ele. (SABERES DA TERRA, 2006 p. 10)

O crédito seria mais voltado para grandes e médios produtores, um grande “acerto negociata” entre a empresa financeira com as indústrias dos produtos agrícolas, pois o agricultor que financiava ou tomava empréstimo no banco era obrigado a comprar o pacote completo; por exemplo, teria que comprar veneno para controlar pragas da lavoura, mesmo sem saber se naquele ano a cultura teria ou não ataque de tal praga.

Os pequenos agricultores que conseguiram financiamento nessa época, quase todos, perderam suas terras para o banco ou venderam para pagar suas dívidas, assim também acontecendo com certa quantia dos agricultores médios e até mesmo os grandes agricultores. A mecanização, a ilusão de ficar rico, parecia deixar tudo mais fácil, mas levou muitas famílias a perderem seu espaço no campo e serem obrigadas a migrarem para as periferias das cidades, servindo assim de mão-de-obra barata para as indústrias, comércio e serviços, mesmo espaço que os retirou da agricultura.

De acordo com Fonseca (1985), para implantar esse modelo de agricultura o governo se organizou para fazer formação técnica, uma forma de educação que preparava profissionais para trabalharem em áreas agrícolas e agropecuária, intervindo na forma do agricultor produzir e viver convencendo o máximo possível da população que esse sistema de produção seria a salvação do mundo. Portanto, foi também um jogo educativo convincente como se não existisse outra saída:

... os Programas Extensionistas como projetos educativos para as zonas rurais, a partir de suas propostas teóricas, demonstram estar entre aqueles programas educacionais que politicamente buscam uma conciliação aparente entre o capital e o trabalho, para que a sociedade possa diluir em seu todo o fantasma das desigualdades, fazendo com que os problemas sociais sejam assumidos por todos em comum-unidade, adiando assim, mais uma vez, um possível embate entre aqueles que fazem as leis, detêm o poder político, controlam e regulam o mercado de trabalho e dos produtos e aqueles que, na verdade, são donos só da força de seus braços. (FONSECA, 1985, p. 54)

Este processo educativo, juntamente com a primeira fase da Revolução Verde, trouxe uma série de conseqüências para os agricultores; dentre elas estão a destruição das terras, o êxodo rural, a monocultura e mecanização que com as máquinas vão reduzir o uso da mão-de-obra, a destruição das terras agricultáveis, a concentração da terra na mão de grandes produtores que, com a crise do modelo, acabam comprando a terra dos pequenos que se endividam e obrigam-se a vendê-la para quitar as dívidas, fazendo com que diminua o número de propriedades nas comunidades rurais. Outras conseqüências foram a troca da adubação natural e orgânica pelo uso exclusivo da adubação química, a diminuição da produção de alimentos para o mercado interno, para o povo brasileiro, uma vez que a agricultura passou a depender sempre mais dos bancos, dos financiamentos, para produzir. (Görger, 2004)

É tecnologia para gerar, ou matar vidas?

Parece ficar um tanto quanto confuso

Se já desapareceram milhares de espécies

Como dela está sendo feito o uso?

A ciência que avança esse modernismo

Não analisa seu princípio e seu limite

Tende um tipo de desenvolvimento

Se é questionado se omite
Não tenho dúvida em dizer
Que a escola ainda não descobriu
Uma teoria verdadeira
Neste novo contexto que surgiu.

No entanto, a primeira fase da Revolução Verde não durou muito tempo, isto é, entrou em crise. Essa crise, segundo Ecovida (2007), se deu devido ao mau uso dos recursos naturais, à contaminação das águas pelos agrotóxicos; além disso, cada vez mais os agricultores ficaram dependentes de empréstimos em bancos para a produção, levando assim os próprios agricultores à falência devido às cobranças de juros elevados, dando lucro, portanto, apenas ao capital financeiro, e, assim acabou aumentando a pobreza na maior parte das regiões agrícolas do país; e o que se mantém ainda é a busca pelo aumento da produtividade, passando do plantio de uma única espécie para o cultivo de dois tipos, além do uso de herbicidas ligados ao plantio direto.

Conforme Altieri (2001), esse novo modelo tecnológico apresenta ainda a exigência de uma especialização e profissionalização para poder lidar com os maquinários, além da vinculação e integração com as agroindústrias; como nos insumos e multinacionais exportadoras, os custos da produção e preços finais dos produtos passam a ser dados pelo mercado internacional. A imensidade de agrotóxicos jogados no solo cria novos desequilíbrios ao meio ambiente, possibilitando, assim, o surgimento de novas pragas que podem resistir ao veneno, fazendo com que aumente a dose cada vez mais para o controle de inços e pragas e, assim, sucessivamente, o agricultor cria certa dependência de todos esses produtos utilizados na agricultura, isto é, ocorre o aumento de consumo.

Se existisse um dia livre
Iria fazer justamente como eu quero
Iria fazer minhas coisas na hora certa
E não esperar por quem espera.
Ser livre é também ser coletivo
É construir juntos nossa liberdade
E não depender desse modelo
Exclusão de uma sociedade

As empresas que desenvolvem os principais avanços tecnológicos em laboratório, por exemplo, a transgenia, são protegidas por Lei de Patentes, aprovada no ano de 1996. No bojo da terceira fase da Revolução Verde, todo esse avanço e circulação de mercadoria, mercado lucrativo entra como fantasia o termo agronegócio. O resultado é um grande avanço na produção junto com aumento da miséria, da exclusão social, do trabalho escravo e a degradação ambiental. Algumas conseqüências da implantação deste modelo:

O controle das grandes empresas sobre os agricultores e sobre o mercado de alimentos será absoluto. Seremos escravos modernos das multinacionais. Dependemos das grandes empresas para ter as sementes, os insumos, os venenos, a venda da produção até o produto industrializado colocado nos supermercados. Poucas grandes empresas multinacionais controlarão: Produção e venda das sementes, mudas e material genético em geral, com cobrança de royalties. Riscos a saúde humana, com grande alarme feito por vários cientistas famosos, de que os produtos transgênicos são causadores de doenças. Já demonstrado cientificamente o aumento das alergias e a resistências a antibióticos causados pelo consumo de alimentos de origem transgênica. (GÖRGEN, 2004, p.43)

Podemos observar que o período da Revolução Verde, como projeto de desenvolvimento do campo, complicou ainda mais a forma de vida das pessoas que vivem naquele espaço.

Todo o avanço do mercado tecnológico desenvolvido para atender tal demanda, nesse sistema de produção, serviu para as grandes empresas arrecadarem muito mais dinheiro enquanto os agricultores foram ficando fora desse modelo de produção e aumentando assim a exclusão social.

Portanto, nesse período também vão nascer organizações próximas aos Movimentos Sociais do Campo e com elas uma nova proposta de trabalho na agricultura, como uma outra base tecnológica, que se chama agroecologia. Esta nova proposta de agricultura estará sustentada num modelo de desenvolvimento no campo menos prejudicial nos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Uma alternativa que tenha como princípio a recuperação e preservação da vida e natureza.

Segundo Ecovida (2007), a agroecologia define-se como o “processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os (as) agricultores (as) possam desenvolver suas atividades sem agredir o ambiente, tornando-se independentes dos ‘pacotes tecnológicos’, com seus caros e degradantes insumos industriais, visando não somente as sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde os (as) trabalhadores (as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade, de forma organizada”.

Conforme Ecovida (2007), a agroecologia nasce com os Movimentos Sociais no Sul do Brasil: Pastoral da Terra, Movimento dos Sem Terra, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimento Sindical Cutista ligados a Central Única dos Trabalhadores, e Movimentos dos Atingidos por Barragens. Iniciando a luta com denúncias, contestando o pacote tecnológico agro-químico da Revolução Verde, no Sul do Brasil nas décadas de 80 e 90 foram criadas as ONGS, (Organização não Governamental) ligadas ao campo, que tiveram um papel importante na construção da Agroecologia. Esses agentes sociais interligados a agentes de outras esferas conseguiram implantar essa forma de produção sustentável de alimentos saudáveis. As principais fases podem ser assim divididas.

Fase da mobilização contestadora e da sensibilização-década de 80 e início da década de 90. Fase da Multiplicação de iniciativas práticas de organização da produção e a evidência de um novo mercado-meados da década de 90. Fase da organização e ampliação do debate da agroecologia da década de 90 e início desta década. Fase da ampliação da adesão dos Movimentos Sociais e incorporação da agroecologia no debate da sustentabilidade do desenvolvimento. Momento atual. (ECOVIDA, 2007, p. 07)

O que se pode notar neste primeiro capítulo é que o modelo de produção no Brasil e a forma de desenvolvimento no campo vêm causando inúmeros problemas sócio-políticos, econômicos e ambientais. No próximo capítulo, para entender melhor o objeto de estudo e poder discutir essa realidade, analisarei as entrevistas realizadas com as famílias e sua relação com as questões da produção da organização e da educação, neste contexto em que se vive a partir das conseqüências da Revolução Verde e as perspectivas da Agroecologia.

2. CONHECENDO A ORGANIZAÇÃO E O TRABALHO DOS AGRICULTORES DA LINHA GONÇALVES

No segundo capítulo fazemos um estudo baseado na agricultura dentro do sistema neoliberal globalizado, dando enfoque na forma da agricultura como mercadoria para o agronegócio observando a situação dos camponeses com pouca terra inseridos nesse contexto. Utilizando-se das entrevistas realizadas com dez famílias agricultoras, com pequenas áreas de terra, na região de Linha Gonçalves, Porto Barreiro-PR percebe-se visivelmente a intervenção dos instrumentos do capitalismo na produção agropecuária, inviabilizando a existência dessas famílias camponesas.

2.1 Algumas relações da população estudada

Ao ouvir os entrevistados, percebem-se as dificuldades que enfrentam, descapitalizados, com terrenos degradados e os altos custos nos investimentos para produzir, isso aliado ao baixo preço dos produtos no mercado.

Uma das conseqüências de tal forma de custo da produção e o baixo preço agregado à matéria-prima produzida, considerando-se ainda a falta de perspectiva de crédito e lazer, encontrado nos pequenos municípios como Porto Barreiro, leva a um aumento de jovens que deixam o campo para viver nas cidades. Percebe-se que nenhuma das famílias pesquisadas consegue fazer uma leitura da sua própria situação, a não ser a partir do sistema que os convence com idéias e práticas: "Planto soja porque pode ter mais garantia de mercado com mais preço do que o milho". Portanto, produzem somente o que é mercadoria, deixando de produzir

Em seguida, apresentam-se dados referentes a aspectos como educação, produção e organização social e política.

Tabela A – Escolarização

Cursos freqüentados	adultos	jovens	crianças Adolescentes
Até 2ª série do Ensino Fundamental	5		
Ensino Fundamental completo	2	3	5
As quatro séries iniciais do Ensino Fundamental	3		
Ensino Fundamental incompleto		4	4
Ensino Médio completo		2	
Ensino Superior		1	
Não freqüentam Educação Infantil			2
Cursando a 1ª série.			1
Cursando a 2ª série			4
Cursando a 3ª série			2
Cursando a 4ª série			2

De acordo com a tabela acima, é baixo o grau de escolaridade das famílias da comunidade. A dificuldade em dar continuidade aos estudos talvez esteja relacionada com a condição financeira das famílias e a distância onde estão

situadas as escolas. Outro fator que dificulta o estudo dessas famílias é a mão-de-obra familiar na produção de alimentos, pois estão quase todos os membros da família inseridos no trabalho: adultos, jovens, adolescentes e crianças.

Tabela B – Produção para venda

Tipo de Produção	Nº. Famílias
Animais	0
	2
Fumo	0
	2
Leite e plantio de milho	0
	4
Milho e soja	0
	2

* Todas as famílias vivem da agricultura, venda de animais e produtos de origem animal (leite e queijo); cinco (5) dessas famílias estão cadastrados no programa bolsa família ou recebem mensalmente aposentadoria.

Tabela C – Organização

Espaço de Organização	echas
Religião católica	etudas
Sócios na Cooperativa de Crédito (CRESOL)	3
Clube de Mães Lutar e Vencer	9
Membros da associação de trabalhadores rurais (Nova Esperança);	0 adultos

	3 jovens
Membros da APMF da Escola Rural Joaquim Gonçalves – Ensino Fundamental	4
Grupo que administra a Patrulha Agrícola em seu uso e conservação	4
Membro do C, M, D, R Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	1
Grupo de Jovens	8
Membros da Pastoral da Criança	2
Representante do MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens	1

Várias pessoas atualmente não participam em nenhuma dessas organizações.

Quanto às terras onde moram, 80% dessas famílias comprou essas terras e 20% receberam como herança dos pais e avós. Todas as famílias vivem aqui há mais de 20 anos trabalhando nas mesmas terras. Dos jovens filhos e filhas desses camponeses, 60% saíram do campo para cidade com o objetivo de estudar e obter outra forma de trabalho, 40% permanecem no campo trabalhando junto com a família. Todas as famílias têm uma área de terra numa média de 3 alqueires cada.

O trabalho é desenvolvido em família, até mesmo as crianças fazem algum tipo de trabalho junto com todos os outros membros. Aparece uma pequena diferença nas tarefas quando se trata de plantar produtos “mercadoria” e plantar para o auto-sustento. Nos produtos para o auto-sustento, a mulher tem maior participação, já os que são para o comércio, com valor em dinheiro, é notável que a influência esteja no homem, mas a mão-de-obra de toda a produção é feita pelo coletivo da família. Apenas 10% do trabalho são desenvolvidos com máquinas, 90% é feito braçalmente com tração animal.

De cada área, aproximadamente 25% é reserva legal natural e infraestrutura e 75% é usado para a agricultura e a criação de animais. Destas áreas maiores, 30% são formados espaços de pastagens para a produção de leite e animais e 45 % na produção de milho, feijão, soja e fumo (mercadorias). Só em 5%

da área cultivada é cultivada a alimentação com produtos diversificados para a sustentabilidade e o consumo da família.

Podemos observar que na Tabela A, (escolarização), o nível de escolarização, de modo geral, é baixo, ou seja, os jovens e adultos possuem somente as séries iniciais, sem ter condições de dar continuidade nos estudos, isto é, vão à escola meramente para adquirir os instrumentos da leitura e escrita.

Em relação à Tabela B (produção), a maior parte é para vender e obter o lucro, devido às transformações ocorridas pelo desenvolvimento tecnológico, utilizam-se, também, os insumos, os maquinários agrícolas apropriados. Nota-se que a produção está na perspectiva do mercado, visando o lucro, além de produzir somente um tipo de produto, perdendo a diversidade.

Quanto a Tabela C (organização), o espaço organizacional, verifica-se que os agricultores estão inseridos em várias entidades; atualmente há várias organizações sociais compostas por líderes de grupos, representantes sociais e as famílias que representam a base. Porém, as lideranças desses grupos talvez por assumirem muitos cargos na função social, não conseguem fazer um trabalho de organização da base para atingirem o objetivo de luta necessários para melhorar efetivamente a vida destas famílias que delas fazem parte.

2.2. A relação entre a agricultura tradicional e a produção para o mercado

Nos relatos das entrevistas percebe-se que estes camponeses perderam o costume da agricultura tradicional, onde preservavam as sementes crioulas, produziam diversidade de alimentos, tanto animais quanto vegetais, consumiam o que necessitavam na propriedade e vendiam os excedentes. Assim, retiravam do campo boa parte da sustentabilidade da família, só alguns produtos eram necessários comprar no mercado.

O trabalho de produção era feito por quase todos os membros da família, até mesmo crianças a partir de seis anos de idade, desenvolvia coletivamente, muitas vezes havendo trocas de dias com outras famílias, no sistema de mutirão, auxílio ou puchirão. Na forma de mutirão ou puchirão reuniam todas as famílias mais próximas e trabalhavam normalmente um sábado todo para uma das famílias, no serviço que naquele momento seria o mais necessário. Também era um ato de brincadeira (diversão), costumava-se matar um porco crioulo e cozer com quirera fina de milho em um tacho ou tonel como eles chamavam. A cachaça com limão chamada caipira ou vinho não faltava, tinha alguém escalado para servir as pessoas o tempo todo até mesmo no serviço. Na

hora do almoço ou jantar quando todos se aproximavam da mesa servida, o dono da casa chamava dois ou três homens e mostrava por aceno qual seria o camponês escolhido. De surpresa os três agarravam o camponês para uma "luita" ou "ginga", derrubavam e colocavam na cabeça um chapéu esfapeado, deformado e assim ficava definido o próximo dia de trabalho coletivo. Para encerrar a junção acontecia uma festa ou baile ao som de gaita e às vezes pandeiro ou talheres, e se estendia a partir do jantar até o clarear do dia. (Sebastião Bueno de Oliveira agricultor)

Essa forma coletiva de desenvolver o trabalho no campo não teria só a função de produzir alimentos, mas associar conhecimentos culturais a partir da realidade e do convívio social, levando em consideração os valores humanos.

Com a chegada da agricultura moderna empresarial, mecanizada, houve uma mudança significativa na forma de o camponês produzir o auto-consumo, ou seja, o que antes era do "campo para a cidade" passou a ser da "cidade para o campo".

O povo do campo foi pouco a pouco perdendo a sabedoria empírica, popular, tradicional e cultural, para aderir unicamente ao desenvolvimento da ciência tecnológica que se colocou preferencialmente a serviço do mercado.

Interessante notar, ao longo da história da Revolução Verde no Brasil nos últimos 40 anos, que os conceitos de "moderno" e "atrasado" mudam de acordo com interesses do grande capital. O que era "moderno" na primeira e na segunda fase da Revolução Verde e recomendado com todo apoio dos cientistas, técnicos, extensionistas, políticos, dirigentes de classe, líderes cooperativistas e comunicadores agora é "atrasado" e "moderno" são os novos produtos que as multinacionais oferecem. Bem se poderia dizer que "moderno" é um alimento natural, produzido sem venenos e "atrasado" é um alimento contaminado, produzido com toneladas de agrotóxicos. Mas isto não interessa aos interesses de quem lucra com os venenos. (GORGEN, 2004, p. 48)

Com essa mudança na produção, outras mudanças também se produziram, principalmente uma inversão de valores em todos os aspectos: o trabalho coletivo passou a ser individual, a televisão tomou o espaço do tempo de conversa e planejamento de trabalho da família, a semente crioula passou a ser alterada em laboratório e vendida no mercado, a cultura camponesa deu espaço para a cultura ideológica de massas, os produtos para o consumo vêm do mercado, o aprendizado das crianças com valores para a vida a partir da prática e das tradições virou teoria de uma escola conteudista que ensina a competitividade para apenas vender a mão-de-obra ao mercado e ser consumidor, desvinculando-as de suas raízes e distanciando-as da autonomia.

Com a Revolução Verde, a agricultura virou uma atividade de empresários e ramo de negócios para as indústrias e revendas de máquinas, sementes modernas e insumos químicos - adubos e venenos. O agricultor perde importância e força política e passa a ser cada vez mais explorado. A agricultura produz renda que fica na mão dos empresários e industriais e não retorna para quem produz. A agricultura transfere renda para a indústria, comércio e serviços. (GORGEN, 2004, p.30)

O banco financeiro é outro mecanismo que contribui para a falência do camponês, pois para fazer o plantio ele é obrigado a ficar devendo no banco e nas casas de insumos e sementes. Portanto, esse modelo de agricultura não serve para a permanência do camponês no campo. A cada ano que passa, a terra vai ficando mais fraca, o camponês mais pobre e descapitalizado migra com seus filhos para as cidades em busca de trabalho, pois não vê perspectiva de futuro, em um sistema onde uns trabalham e outros ficam com o lucro.

Além desta relação com a produção, tem aspectos importantes que precisam ser considerados como a educação, a cultura e os costumes. O que antes era diversão para os jovens, como a lida com os animais, a doma, a gineteada, as laçadas e as carreiradas, no tempo atual essas brincadeiras já não existem.

Aprendia-se a domar muares para a sela ou para cangalha. No primeiro caso, exigia-se elegância no andar; no segundo, resistência e força. Junto dos animais, os peões e capatazes erguiam suas barracas. De dia, eram os exercícios de doma, alimentação de milho e sal, o preparo de rédeas e loros. À noite, acendia-se o fogo, preparava-se o quentão, gemia a viola. (PRIORE e VENÂNCIO, 1956, p.80)

A transformação é muito grande e em todos os segmentos dos camponeses foram se perdendo os costumes. Outros instrumentos do sistema no qual a sociedade está inserida são a televisão e a internet, que colocam o jovem próximo de qualquer coisa que esteja acontecendo a qualquer lugar do planeta.

Se por um lado isso é um avanço, também é preocupante na questão educacional da criança e do jovem, pois está tão perto dele um espaço que não é o seu convívio, isto é, vive em outro mundo, aí a relação com as pessoas da comunidade em que está inserido, com seus costumes e tradições, tende a ficar mais difícil, pois a visão que ele vai adquirindo não tem a ver com sua própria realidade e não faz parte de sua historicidade.

A juventude tem, neste momento histórico, uma educação pouco baseada em teorias que realmente indiquem os fundamentos e possibilidades para

refletirem sobre suas ações. Vai-se assumindo que é muito mais educativo o meio de comunicação com tecnologia avançada do que a vivência da família, da escola ou do trabalho.

Sendo assim, de modo geral, as ideologias construídas pelos sistemas educacionais são teorias construídas e constituídas a partir do interesse de alguns. O que está sendo ensinado coloca-se na perspectiva do mercado do consumismo, não abordando de forma assídua os problemas reais vividos, principalmente o social e o ambiental, que no trabalho da agricultura são permanentes. “Os nossos avós derrubaram a mata, para plantar sementes na queimada. Nossos pais lavraram o chão deixando exposto às leis do sol, e nós estamos jogando veneno químico, os agrotóxicos na terra. E os nossos filhos o que vão fazer?” (Wilson Jacir Reveliau - camponês)

A falta de responsabilidade ambiental e a crise de limites parecem serem confundidas com a “liberdade”. O entrevistado Walter Bento de Lima, agricultor da comunidade Linha Gonçalves, conta que adquiriu sua propriedade comprando e que faz catorze anos que mora nesta comunidade. Possui sete alqueires de terra, onde mora com a sua família produzem na sua propriedade fumo, feijão, milho, mandioca, leite, hortaliças, e frutas. As cinco pessoas que fazem parte de sua família se envolvem na produção, ou seja, a mão-de-obra é familiar, tendo alguns acrescentos de ajuda durante a colheita. A maior quantidade da produção é o fumo, onde o custo anual para produzir só de insumos é de cinco mil sem mão-de-obra. A opção pelo fumo foi pela ilusão de melhorar a situação financeira, mas que na realidade não teve resultado positivo, segundo ele, pois a quantidade de produção por ano é de dois mil quilos e o preço corresponde a R\$ 3,00 ao quilo, o que não gera renda, pois há exploração no preço baixo e o valor dos insumos é muito caro. Durante três anos só sobraram 290 reais e a família precisa comprar no mercado mensalmente vinte tipos de produtos para consumo próprio. Acha que no futuro sua família não permanecerá na agricultura, pois se não mudar, não tem perspectiva de melhora.

Faz três anos que comecei lidar com plantio de fumo por não ter outra alternativa, e pela ilusão de pensar em melhorar a condição financeira da família. Somos em cinco pessoas, mas no trabalho do plantio de fumo trabalhamos em três, eu a mulher e o rapaz. A menina e o guri trabalham em outros serviços da roça, com as criações ou em casa, pois para lidar com o fumo tem muito veneno e eles ainda são crianças. Dá dez meses de trabalho por ano na lavoura de fumo desde a semeadura nas piscinas até o

enfardamento para o transporte. Planto a cada ano 25 a 30 mil pés de fumo e colho em média 2 mil quilos. O preço é conforme a classificação e a qualidade do produto é a partir de R\$1,50 à R\$4,00, mas sempre a qualidade dá baixa. Há três anos que eu planto e colho, já vendi aproximadamente 6000 mil quilos de fumo só deu para pagar as coisas que a empresa fornece, me sobrou somente R\$290,00 isso não levando em conta todo o nosso serviço. Já pensei em parar, mas a gente que tem vergonha não vai deixar o outro no compromisso, pois eu assinei um contrato e outro assinou como avalista de minha dívida, então não tem tipo, tenho que continuar. Penso que se não mudar, daqui uns 5 anos que meu filho estará com 21 e minha filha estará com 18 anos, talvez não fiquem na agricultura, pois trabalham e eu não consigo dar a eles nem um dinheiro, então como eu vou convencer que eles têm que ficar no campo? Eles não pensam o que nós pensamos. (Walter Bento de Lima- agricultor)

Sobre o meio ambiente, os agricultores argumentaram que está muito devastado, não se sustentará nesse sistema produtivo que aí está. A terra está cada vez mais fraca, as águas estão diminuindo e a cada ano muitas espécies tanto animais quanto vegetais estão desaparecendo.

Demonstram interesse em procurar saber mais sobre essa alternativa, mas para isso dizem ser necessário uma educação com objetivo de melhorar o conhecimento do povo camponês no sentido de um projeto de vida. Uma educação que aponte para um desenvolvimento sustentável social, ambiental e econômico aos sujeitos que vivem no e do espaço rural.

A educação continua sendo um instrumento muito forte para urbanizar nossos filhos, esse sistema de nuclearização está levando as crianças e jovens do campo estudar na cidade. Está roubando a identidade camponesa dos mais novos e construindo uma identidade urbanizada. Esse tipo de educação não serve aos nossos filhos, pois ensina coisas que não condiz com a nossa realidade. Por isso, a agricultura está ficando ultrapassada, só as pessoas de idade já avançada estão morando no campo, os jovens estão saindo da roça e indo para a cidade. (Valter Bento de Lima - camponês)

A maioria que planta fumo diz que tem que fazer o contrato com a firma porque não tem alternativa, na roça e não tem conhecimento do processo produtivo se fosse hoje com certeza, não faria esse contrato que ainda estende-se por mais cinco anos.

Ao longo desta relação de crise entre o projeto de desenvolvimento do campo e a educação formal, foram nascendo projetos e experiências que possibilitam dar uma outra alternativa de estudo para o povo que vive no campo. Um

exemplo disto é o Programa Saberes da Terra, construído com ênfase na formação agroecológica.

O autor deste texto, também educador da turma "Sol Nascente", expressa a síntese de relação produção-educação dos agricultores, através do poema a "Vida".

A VIDA

A vida está em jogo, horas ferro, horas fogo.
Horas harmonia! Mas quem diria?
Que hoje estaria assim tão complicado.
Será? Foi assim também no passado?
A educação responde tão mal!
Parece ser natural, pois logo o povo esquece
Mais ninguém merece herdar tamanho problema!
Desenvolvido por um sistema.
Sistema que alguém pensou, em seguida se implantou
Excludente e ameaçador levou o povo do interior migrar
para a cidade, nessa infelicidade.
Muitas vezes, sem ter nem mesmo esperança, deixando
algumas lembranças de cultura que logo vão se perdendo e
assim esquecendo sua própria descendência e aquela linda
vivência de todo valor humano e social,
Construindo com ética e moral
Teve um custo e durou tanto tempo
Vai embora como o vento
Que não conseguimos enxergar
Nem sabemos se vai voltar, ou talvez nunca mais,
Pois tudo está em movimento, está chegando o momento,
que a gente nem sabe pra onde vai.
E assim é a vida,
Onde a terra cria, cresce, se transforma,
Um dia para a terra retorna

Tratando-se da agroecologia, 50% dos entrevistados disseram não ter nem um conhecimento em agroecologia ou agrofloresta, apenas teriam ouvido alguns comentários, mas demonstram grande interesse em saber mais sobre essas alternativas, já que a forma de produção que eles estão usando não está sendo sustentável e, por isso, todos estão descapitalizados e com débito financeiro (PRONAF) ⁸. Os outros 50% participaram de palestras sobre alternativas produtivas e sustentáveis. Entretanto, por mais que procurem ter uma visão diferente do sistema de produção não conseguem encontrar um caminho inicial, pois para isto acontecer é necessário um processo educativo baseado em uma nova forma de desenvolvimento e organização no trabalho dos camponeses e camponesas.

Na adoção da agroecologia como alternativa de desenvolvimento sustentável no campo para a agricultura camponesa, sabemos que não se trata de um processo simples, mas vai exigir uma nova conceituação, pois a agricultura camponesa/familiar ainda utiliza práticas que não são sustentáveis. Por isso, não será suficiente uma decisão política de mudar face aos problemas de insustentabilidade encontrados desde a renda, até o desgaste do solo e de outros recursos naturais por isso a articulação com práticas existentes, a relação com estudos, a troca de experiências poderão sustentar a adoção de uma nova base tecnológica.

O desenvolvimento de agroecossistemas auto-suficientes, diversificados e viáveis economicamente surgirá de novos sistemas integrados de agricultura, com tecnologias ao alcance dos agricultores e adaptadas ao meio ambiente. Na propriedade, em nível regional e nacional, a agricultura sustentável implica necessidade de um monitoramento rigoroso e um tratamento cuidadoso dos nutrientes, água e ciclos de energia, para se obter um equilíbrio com altos níveis de produção. Os princípios do manejo incluem a captação de água e de nutrientes das bacias hidrográficas, reciclagem dos nutrientes na propriedade, manejo do fluxo de nutrientes da propriedade para os consumidores e de volta à propriedade, uso ponderado dos recursos hídricos, aumento da biodiversidade e uso de fontes renováveis energia. Como isso tudo não fica confinado nos limites da propriedade, a agricultura sustentável requer o manejo não somente em nível de propriedade, mas também em nível distrital, regional, nacional e, mesmo, internacional (ALTIERI, 2001, p. 104)

Neste segundo capítulo, com os levantamentos de dados das pesquisas bibliográficas e de campo com famílias de pequenos agricultores, pode-se

perceber que esse desenvolvimento implantado no campo na forma da educação e produção não é viável ao camponês que vive da terra. Diante disso, no terceiro capítulo procurarei apontar uma experiência educativa na formação e organização dos sujeitos do campo que contribui para a construção de alternativas de produção que sejam viáveis e sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental.

3. A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DOS AGRICULTORES PARA A AGROECOLOGIA E SEUS DESAFIOS

Vimos no segundo capítulo que o sistema de produção agropecuária no campo brasileiro, mesmo com o avanço tecnológico, não resolveu o problema do povo camponês. A realização da terceira parte deste trabalho vem contribuir para pensar a educação e a formação do povo camponês e seus maiores desafios, dentre eles estar comprometida com o trabalho destes povos e seus instrumentos de organização.

Uma forma educacional que vá para além da escola como conhecemos, baseando-se no conhecimento científico, mas também popular, que os camponeses adquiriram historicamente e ainda usam como sabedoria em seu dia-a-dia. Uma educação não individualista, mas que tenha embasamento teórico de organização social, com discussões e ações coletivas, apoiando-se como princípio nos valores humanos e culturais.

Portanto, deve estar a serviço da formação dos sujeitos, construindo uma visão de mundo com o senso crítico para que o sujeito esteja preparado em participar e interagir na construção de uma nova sociedade. Em linhas gerais, precisa de uma educação que realmente seja do campo, onde a escola trabalhe a teoria articulada à prática, envolvendo a escola família, o trabalho de produção, assim, e valorizando o que existe nas culturas locais de valores para o desenvolvimento.

3.1 A região Centro-Oeste e o Programa Saberes da Terra⁹

Segundo Condetec (2004), o território da Cantuquiriguaçu compreende 20 municípios, onde residem 232.729 habitantes, sendo que mais de 50% vive na zona rural. É cortado pela principal rodovia e ferrovia do Estado, a BR 277 e a ferroeste, respectivamente. Margeado por rios importantes como o Iguaçu, Piquiri e Cantu, conta com 7 usinas hidrelétricas, entre as quais Usina Governador Ney Braga, Salto Santiago, Salto Osório e Foz do Areia, no Rio Iguaçu. A ruralidade é um traço marcante no território. Essa ruralidade, entendida como uma condição

⁹ A partir deste item as relações e dados referentes ao Programa Saberes da Terra são retiradas do Projeto

que vai além do agrário, é percebida através das características demográficas dos municípios do território. A ocupação da população economicamente ativa (PEA), quando analisada nesse contexto, permite inferir sobre a presença da atividade agropecuária no território, uma vez que 50,08% da população encontram-se nas seguintes condições: trabalhadores por conta própria, que ajudam o membro do domicílio; ou que produzem para o próprio consumo, condições que, nesse cenário regional, refletem a importância da produção familiar como forma predominante da reprodução social da população.

Os dados levantados pelo Condetec (2004) mostram que a taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de idade é de 14,04%, superior à média do Paraná (9,0%), o que reforça a necessidade de se enfrentar essa questão. A constatação de que quase 25% da população do território possuem menos de quatro anos de estudos confirma a necessidade de intervir nas condições adversas que impedem de alcançar patamares maiores de anos de estudos.

Portanto, percebe-se que a educação é a condição fundamental para apropriação do conhecimento historicamente construído, sendo este determinante na qualidade de vida das pessoas neste sentido, tendo em vista os baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), associado aos altos índices de pobreza e analfabetismo que o território da Cantuquiriguaçu concentra, sentiu-se necessidade de buscar um Programa de Educação, aliado a uma proposta de desenvolvimento que permita avanços na vida destes sujeitos, suas famílias.

O programa proposto nasce da Educação do Campo, numa parceria entre MDA¹⁰, MTE¹¹, MEC,¹² coordenado pela SECAD¹³, e vai chamar-se Programa Saberes da Terra. Dentre os municípios do território, 11 participaram do Programa Saberes da Terra: Candói, Goioxim, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Virmond, Quedas do Iguaçu e Porto Barreiro. Nestes municípios foram organizadas treze turmas no município de Porto Barreiro tivemos duas turmas.

O Programa Saberes da Terra nasce tendo como base o Projeto Terra Solidária, que foi realizado no período de 1999-2002, promovido e articulado pela organização do sindicalismo rural Cutista da Região Sul.

¹⁰ Ministério do Desenvolvimento Agrário.

¹¹ Ministério do Trabalho e Emprego.

¹² Ministério da Educação e Cultura.

Conforme Fetraf-Sul (2002), o Projeto Terra Solidária desenvolve uma seqüência que contempla alguns objetivos gerais do Projeto Terra Solidária, tendo como princípio estimular o desenvolvimento sustentável e solidário, a consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento de um novo modelo tecnológico baseado em princípios agroecológicos. As ações do projeto buscaram garantir um processo educativo em referenciais metodológicos, onde o ator primordial é o educando, objetivando sua qualificação como agente do desenvolvimento, levando em consideração princípios orientadores do projeto político pedagógico do Programa Terra Solidária. Suas estratégias buscam:

... a sustentabilidade dos sistemas rurais se contrapõe á insustentabilidade do sistema tradicional, como a agroecologia se contrapõe criticamente ao paradigma químico-mecânico-genético excludente. A agroecologia encerra, então, uma concepção de desenvolvimento sustentável, de inclusão, de organização da produção a partir de uma concepção nova de trabalho no meio rural que resgata e valoriza criticamente a cultura camponesa. A terra figura como meio fundamental de produção e o trabalho como relação de mediação entre homem e natureza; relação esta determinada pela relação social dos homens entre si para reproduzir-se socialmente. Assim sendo, a Terra que se quer Solidária precisa ser reestruturada, e a agroecologia (como concepção de vida) delimita um espaço dessa ação, espaço de possibilidades e limites. (FETRAF/SUL, 2002, p. 45)

3.2 O Projeto Político pedagógico do Programa Saberes da Terra

O Projeto Saberes da Terra tem como objetivo fortalecer as Políticas de Educação do Campo existentes no território, desenvolvendo uma política para a Educação de Jovens e Adultos camponeses (excluídos do sistema formal de ensino) com oportunidade de escolarização e formação para o trabalho a partir de um projeto de desenvolvimento entendido como processo social que atenda às diversas necessidades da vida. Segundo o Projeto Político Pedagógico (2006), o curso é estruturado em quatro fases chamadas de eixos temáticos; são abordados os temas que integram a cada eixo. O 1º eixo temático é a Agricultura Familiar (identidade, etnia, cultura e processos de trabalho no campo), o 2º, sistemas de produção e processos de trabalho no campo, no 3º eixo temático coloca-se a Organização Social e Políticas Públicas e o último dos quatro eixos tematiza a sócio-economia solidária, cooperação e gestão de organizações.

Para controle, são feitos relatórios escritos pelo professor pedagógico e o educador técnico de cada eixo, e os educandos têm um caderno onde relatam todas as aulas; cada dia um educando faz o relatório de toda a aula e assim sucessivamente até repassar a turma.

Associado aos eixos temáticos, trabalha-se por áreas do conhecimento, ciências naturais, ciências humanas, linguagem, códigos e suas tecnologias e matemática. É importante relatar que se desenvolve esse estudo, das áreas de conhecimento, levando-se em consideração o valor da vida, o sujeito ser humano se relacionando da melhor forma com a natureza, melhorar o entendimento em todos os aspectos que envolvem o sujeito e a forma de ganhar sua sustentabilidade. É uma proposta de Educação do Campo que está como desafio de um projeto contra-hegemônico ao sistema de produção e da educação mercadista formal.

A Pedagogia da Alternância¹⁴ é a base pedagógica, um elemento estratégico para os processos de formação/educação do campo, como o Programa Saberes da Terra. Este curso organiza-se em tempo-escola e tempo comunidade, no sentido de manter os vínculos com o trabalho, com as lutas, os espaços e as atividades das comunidades e, também, da organização regional ou dos movimentos. Portanto, deverá ir além da dimensão da produção e das tecnologias das unidades de produção dos/as educandos/as, mesmo que inicie por ela, buscando articular-se aos diferentes espaços, os educadores são professores responsáveis pelas suas áreas do conhecimento.

Esta forma de trabalhar vai ocupar-se do Ensino Fundamental em nível de 5ª a 8ª série, com turmas de adolescentes, jovens e adultos, e o responsável pelos eixos específicos. Entretanto, deverão trabalhar articulados, mediados por um planejamento coletivo. Levando em consideração que todo o adolescente jovem e adulto, principalmente aqueles que vivem no campo já trazem uma bagagem considerável de valores e conhecimentos, este planejamento de ensino procura respeitar tais valores e conhecimentos e, ainda, a partir dessa leitura ampliando-a tanto na leitura e na escrita como na prática nos espaços, onde eles vivem.

¹⁴ A pedagogia da alternância é um elemento estratégico para os processos de formação, Educação do Campo, dividindo-se neste curso em tempo-escola e tempo-comunidade, no sentido de manter os vínculos com o trabalho, com as lutas, os espaços e as atividades das comunidades e também da organização regional. (Projeto

A turma organiza-se em grupos de estudo, onde são feitas trocas de experiências entre os grupos e a turma, para o estudo das teorias e também para as práticas, assim o conhecimento reforça o saber de todos. Também se realizam seminários e intercâmbios em que todas as turmas expõem suas experiências de conhecimento adquirido no andamento do curso, experiências em sala de aula e do tempo comunidade, que acontece com planejamento das tecnologias, da produção e da organização nas propriedades.

Um outro aspecto do Projeto de Vida é ser um articulador de todos os estudos, vivências e trabalhos do tempo escola com o trabalho na Unidade de Produção e Vida Familiar percebido principalmente através do acompanhamento às estas unidades e às comunidades. É uma possibilidade onde cada educando vai construir sua abstração e sua apropriação de conhecimentos, articulados com a realidade buscando superar a fragmentação que a organização social e também a escola lhes impôs. (Assesoar, 2004). Neste tempo de trabalho com o Projeto de Vida o resgate da história de vida dos/as educandos/as através do trabalho teórico e prático, tanto verbal como escrito também é uma das atividades propostas. (Projeto Político Pedagógico, 2006-2007, s/p)

A forma de organização e formação dos camponeses com base no objetivo do Programa Saberes da Terra pode ser um novo caminho para atingir a relação que se espera entre educação e produção, ou seja, de forma que gere uma melhor renda uma nova forma de produção de alimentos que se articule às tradições antigas de produzir e as tecnologias sustentáveis. Por ser um trabalho educativo, mas também coletivo, vão se acumulando experiências e esse conhecimento passa a ser vivenciado nas práticas sociais das famílias e comunidades, tendo esse princípio a adoção da agroecologia poderá ser uma alternativa de produção sustentável.

Para dar início nesse novo planejamento de produção agroecológica foi organizado o I Seminário da Agricultura Camponesa no município de Porto Barreiro, onde houve a participação de aproximadamente 40 educandos das duas turmas do Programa Saberes da Terra, que juntamente com outras entidades e lideranças regionais deram andamento na organização para uma estratégia de produção, processamento e comercialização na perspectiva agroecológica. Este seminário teve um significado muito forte para todos os participantes, pois representa um momento coletivo concreto na perspectiva da organização para uma outra forma de organização e produção.

3.3 A turma "Sol Nascente" e suas práticas educativas

A turma "Sol Nascente" foi organizada na comunidade de Guarani do Cavernoso, com educandos de outras comunidades como Linha Gonçalves e Linha Lima. Foram 40 educandos e educandas que tiveram possibilidade de uma formação articulada à organização da produção, uma outra forma de trabalhar "a escola". Este programa baseia-se nas concepções da educação que tem um compromisso central com a formação dos sujeitos, respeitando seus conhecimentos e valores culturais, historicamente construídos.

A agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável. É preciso deixar claro que a agroecologia (...). Busca nos conhecimentos experiências já acumuladas, ou através Investigação-Acao Participativa ou do Diagnostico Rural Participativo, por exemplo, um método de intervenção que, ademais de manter coerência com suas bases epistemológicas, contribua na promoção das transformações sociais necessárias para gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis. (CADERNO 04 e 05 SABERES DA TERRA, s/d, p. 17)

Talvez se possa afirmar que a construção do conhecimento pressupõe a teoria e prática juntas, no coletivo e o povo camponês usa essa sabedoria popular em seu dia-a-dia como se percebe nos trabalhos coletivos desenvolvidos no Tempo Comunidade realizado pelos educandos do Programa Saberes da Terra. Esta observação se comprovou na construção de hortas comunitárias, horta das propriedades, proteção de fontes, nas reflexões do coletivo e nos Projetos de Vida. (ANEXO 1)

As duas turmas se integraram e participaram no Projeto Comunidade, Família e Educação que já vem acontecendo desde 2006 em todas as comunidades do município de Porto Barreiro, que além de propor reflexão e atividades coletivas com as famílias das comunidades, realizaram seminários

referentes às várias dimensões do Desenvolvimento, dentre elas a Educação, Organização, Produção, Cultura, Lazer, etc.¹⁵

...faz-se necessário pensar e repensar o conceito de Desenvolvimento, este deve estar de mãos dadas com o respeito à vida do ser humano e do ambiente em que ele vive, desenvolver as potencialidades das comunidades recriar e criar a sua existência, tanto do ponto de vista da produção, quanto do ponto de vista cultural. A educação tem que ser uma maneira de pensar o futuro. (PCFE, 2007, p. 03)

O Programa Saberes da Terra, uma forma de Educação do Campo, através de trabalhos realizados em sala de aula e de experiências nas propriedades dos educandos, aproxima este debate das famílias tratando de temas como a escola, educação social, organização e produção na relação com o projeto de educação para que se possa repensar a renda familiar, outras formas de produção e a organização necessária.

Já se pode perceber que os trabalhos coletivos, as reflexões, as discussões realizadas na comunidade ampliou a capacidade de diálogo das pessoas, a participação das famílias nas entidades como a Associação de Produtores Rurais, o Clube de Mães, os grupos de famílias agricultoras entre outras. Iniciaram-se algumas ações para melhorar a forma de interagir com o meio ambiente no sentido de ocupar, mas também preservar. Na organização sócio-política, criaram-se grupos para discutir projetos de financiamento, reivindicar políticas públicas na esfera municipal, estadual e federal.

Mas a escola não é o único lugar de formação para as famílias de agricultoras. Todos os adultos: pais e mães, jovens devem ter a oportunidade de estudar, conhecer e ter acesso à formação que lhe foi negada na idade escolar. Por isso é fundamental criar, junto com as diferentes propostas de desenvolvimento, de agricultura, de educação, de saúde, etc. propostas de formação para as famílias agricultoras. Essas propostas precisam dar também uma titulação, e ao mesmo tempo avançar nos conhecimentos necessários para vida, ou seja, para o trabalho do campo, sua cultura e necessidades, principalmente um conhecimento crítico, de classe, que crie novas formas de organização. (PCFE, 2007, p. 38)

O professor e o educador, juntos e com a turma, fazem estudos de campo visitas em propriedades, levantamentos de dados, que trazidos para a sala de aula transformando-se em atividades e reflexões, debates sobre os objetos, os

dados, as dúvidas, a teoria. Na turma “Sol Nascente”, os estudos pesquisas e outras atividades são desenvolvidas em grupos de educando chamados Núcleo de Base (NB). Os educandos fazem relatórios das aulas, tabelas ou cronograma de acompanhamento dos processo de produção nas propriedades. (ANEXO 03)

Sendo assim, os projetos estudados e debatidos estão também acontecendo na prática, por exemplo: horta orgânica comunitária, horta nas propriedades, minhocários, produção de húmus, proteção de fontes, início do plantio de plantas medicinais e o replanejamento das propriedades com os princípios da agroecologia como mediação pedagógica dos Projetos de Vida e organização da produção na unidade familiar.

Sabemos que as famílias agricultoras têm uma sabedoria historicamente construída, no contexto onde vive, contudo é preciso relacionar com outros mecanismos que participam como agentes de desenvolvimento para expandir tais relações educativas e produtivas a um coletivo maior atingindo assim outros grupos e comunidades, assim como vemos em Caporal (2001, p. 32).

O avanço deste processo de construção exige a continuidade da interação da extensão rural com a sociedade civil organizada. No entanto, parece claro que há consolidação do processo de mudança em curso exigirá ainda o comprometimento e a responsabilização das instituições de ensino e pesquisa, pois, como todos nós sabemos, a transição do modelo agroquímico para estilos de agricultura de base ecológica requer um urgente processo tecnológico e um significativo avanço do conhecimento científico. Igualmente, se faz necessária a formação de profissionais qualificados para atuarem em projetos de desenvolvimento rural que contemplem o interesse local e comunitário, orientados pelo imperativo sócio-ambiental.

As atividades foram baseadas também em estudos dos Cadernos do Programa, destacando-se os estudos sobre o Desenvolvimento Agroecológico no Tempo Comunidade, em grupos de educandos, principalmente com o professor e educador técnico, além das várias experiências praticadas, debatemos sobre o andamento das atividades, o cronograma com questionários que relacionavam os conhecimentos das áreas específicas do Ensino Fundamental, tanto a do desenvolvimento e da produção.

Pretendemos, assim, alcançar o objetivo do Ensino Fundamental, por área de conhecimento, sempre respeitando a sabedoria popular que cada educando traz consigo, adquirida no convívio social e nas práticas que viveu. Iniciamos um novo planejamento da propriedade de cada educando, levando

em conta o que já tem feito como infra-estrutura utilizando o que ainda a natureza oferece como recurso, sem agredir o meio ambiente, mas preservando-o com a intenção também de resgatar o trabalho coletivo.

Pretendemos avançar no desenvolvimento dos educandos na leitura, escrita, interpretação e reflexão, desenvolver cálculos numéricos, medidas e quantidades, entender a ciência a partir do espaço natural, utilizando o que tem de natural em seu benefício, sem degradação, alimentação sadia, na história de sua própria descendência entendendo o tempo na geografia espacial e social.

Totalizaram uma quantia de 25 fontes protegidas; também foram construídos 12 minhocários, sendo um trabalho realizado num coletivo de 6 pessoas. Das várias sínteses realizadas pelos educandos, destacamos este poema que demonstra parte do conhecimento que produzimos na turma:

O transgênico e a cidade

O transgênico é uma semente modificada

Que para nós apresentaram.

Fazem propagandas enganosas,

E quem não tem conhecimento

As empresas dominaram

Dizem o que querem sobre a semente,

E também sobre a transgenia

Vamos trocar o transgênico pela semente crioula,

Que tem mais serventia

Vamos se livrar das empresas

E fortalecer a agroecologia.

A agroecologia é o único sinal de esperança,

Por que com veneno e transgênico,

Vamos terminar com a vida de nossas crianças.

Crianças é uma das coisas mais preciosas que no mundo existe.

Vamos cuidar delas, porque elas são o futuro de um novo Brasil.

Vamos pensar na vida da família e na sustentabilidade,

Vamos ser real e assumir a nossa própria identidade.

Somos do campo vamos conhecer a sua essência e executar a

... experiência e da terra tirar a nossa subsistência. A cidade

não é lugar de caboclo, gosto da vida na roça onde sinto cheiro de terra e também ando com os bois na carroça.

Dizem que a cidade é lugar desenvolvido e o campo é atrasado, mas se não fosse o campo o pão não chegaria à mesa dos milhões de brasileiros.

O meu ranchinho é pobrezinho e não tem luxo! Graças a Deus o que planto dá, não falta quase nada,

Tenho a consciência tranqüila junto com a esposa e a piaçada, não me iludo por fantasia de cidade, porque é aqui no sertão que eu encontro a paz e a tranqüilidade.

Amo a vida do campo e nem penso em trabalhar de empregado na cidade. Vou fazer o projeto de vida e Viver mais sossegado, ficar observando a natureza porque aqui no campo eu também posso ser um doutor formado. (Educando José Bueno – Turma Sol Nascente – Porto Barreiro – 2006-2007)

No decorrer de dois anos de duração desse curso, estudamos muitos autores na área de desenvolvimento da agricultura no Brasil, as influências de mercado internacional, a lógica capitalista de produção, enfim, as relações do trabalho x capital. As ações nas propriedades contribuíram com os debates e reflexões sobre problemas sociais, econômico e ambiental procurando alternativa vinculada à subsistência da família no campo. Estes agricultores perceberam que precisam buscar outras formas de vida no campo que não os tornem meramente consumidores e produtores de matéria prima barata, apenas mercadoria para o capital, fazendo uma agricultura pela qual não conseguem fazer o próprio auto-consumo. O poema de outro educando mostra esta relação:

Um camponês de verdade

No campo onde eu trabalho
Tenho paz, vivo sossegado
Fazendo a minha lavoura
Sem depender de mercado.

Não vai comprar na cidade
Só planta produtos orgânicos
Que dá um alimento de qualidade.
E hoje estou aprendendo com o
Saberes de verdade
Colhendo sabedoria com garra
E com vontade
Mostrar para essa gente
O que é um camponês com identidade.
Vamos trocar idéias
E cultivar esse chão
Trabalhando com a família
Que é o futuro da nação
Um espaço bem correto vou deixar
Planejar a moradia
Com consciência vou lutar
Com força e vontade

Uma nova semente vou plantar. (Educando Edinilson Alves Silvério,
– Turma Sol Nascente – Porto Barreiro – 2006-2007)

O verdadeiro camponês pode ser identificado através da relação que o sujeito tem com a terra, no manejo, na preservação das vidas ali existentes, nessa aproximação de convívios no sentimento de prazer por fazer parte da geração das diversas espécies de vida animais e vegetais. Esse sentido natural só existe no sujeito consciente, que faz da natureza a sua própria existência sentindo-se parte, tendo-a como princípio educativo e verdadeiro sentido de vida.

Por outro lado, o uso da tecnologia dita moderna tende afastar, tornar abstrata, a forma de produção, pois as máquinas fazem tudo. O sentido não é mais o que produzir com qualidade ou ainda que relação isso tem com a natureza, mas quanto produzir e quanto vender, pois tudo está relacionado ao lucro.

Nesta forma de ensinar e aprender, a escola assume um papel de formação sócio-cultural, econômico, ambiental, político-pedagógico, facilitando a organização dos sujeitos do campo na construção de um projeto de

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta busca de estudos teóricos, levantamentos de dados e análise da pesquisa em que se tentou compreender os desafios de organização, formação e produção, mais precisamente de dez famílias camponesas com pouca terra residentes na comunidade Linha Gonçalves, Porto Barreiro Paraná, tendo presente o contexto histórico de desenvolvimento do campo nos aspectos sócio-cultural político, econômico e ambiental tanto regional, como também nacional, podemos observar grande intervenção e dominação por um sistema de produção de matéria prima para um mercado capitalista.

Porém, mesmo o paradigma do desenvolvimento do capital agrário sendo muito forte, observamos que também ao longo da história da agricultura do Brasil, iniciando com o povo indígena ainda antes de 1500, vem existindo até os dias de hoje, embora em pequena escala, a forma da pequena agricultura no campo (a agricultura camponesa). Este estudo com as famílias pesquisadas aponta que a agroecologia é uma das alternativas que pode dar sustentabilidade às famílias que vivem e trabalham no campo, num primeiro momento.

Com relação à organização dos agricultores, entendemos ser necessário uma educação diferenciada do sistema educativo posto pelo sistema capitalista. Uma forma de educação do e no campo, que constrói sujeitos conscientes e autônomos, melhorando a capacidade de discutir organizadamente a produção na alternativa agroecológica, desde sua unidade familiar. O Programa Saberes da Terra que parte da realidade dos educandos, teoria e prática, técnica e educativa para uma reflexão sobre o contexto, planejando e construindo um projeto de vida e tendo melhor visão de mundo, é uma destas propostas que consegue articular as dimensões da produção, organização e formação.

Na organização da produção agroecológica a sugestão seria iniciar com horta comunitária, minhocário e hortas nas propriedades, proteção de fontes, resgate de sementes crioulas, leite a base de pasto, diversificação nas propriedades para manter uma renda que fortaleça a parte econômica da família e dê auto-consumo com sustentabilidade.

É importante ressaltar que esse trabalho aconteça coletivamente, pois sendo coletivo é também educativo, uma vez que há muitas trocas de

escritos e debates entre a turma, contando ainda com a orientação de um professor e um educador técnico, desenvolvendo juntos teorias e práticas em sala de aula também na propriedade, como acontece a esta experiência do Programa Saberes da Terra na turma “Sol Nascente”.

Outro detalhe importante dessa experiência é a reflexão feita em casa, com a família do jovem ou adulto que participa desse projeto, assim conseguem planejar melhor sua propriedade, sua unidade familiar, levando inclusive o debate para as organizações da comunidade como: escola, Igreja, grupos de jovens, associações de pequenos agricultores, clube de mães e outros tendo oportunidade de construir juntos um projeto de vida.

Um aspecto que nos parece fundamental na organização é a formação de grupos com as famílias agricultoras para iniciarem o trabalho com a agroecologia, desta forma potencializa-se a organização, a transformação e a comercialização da produção na perspectiva local num primeiro momento.

Portanto, através desta pesquisa, chegamos à conclusão de que a agroecologia é a alternativa para a sustentabilidade das famílias camponesas no campo, uma forma que fortalece e possibilita a contraposição ao sistema convencional agroquímico, empresarial que aí está.

Contextualizando a forma de desenvolvimento no campo como hegemônico, é necessário continuar pesquisando e praticando ações educativas que venham a colaborar em um projeto de desenvolvimento sustentável onde o camponês retire sua auto-sustentabilidade sem depender da agricultura empresarial. Algumas das alternativas de organização de produção para os camponeses seriam a escola, quando ela vai além da sala de aula e o projeto pedagógico, construído coletivamente com agentes que formam a sociedade escolar: Associação de Agricultores, Clube de mães, Igreja, escola, grupos de produção, sindicatos, movimentos sociais, entre outros, o que permite a construção da educação e de planos pedagógicos ligados à teoria e prática nas ações da sociedade.

Essas mudanças estruturais da sociedade, pautadas no sistema de educação e produção capitalista somente poderá ter êxito com trabalho de formação que construa sujeitos com projeto de Educação do Campo com valores enraizados na cultura de origem e com identidade. Esse desafio é uma demanda

educativa talvez de médio a longo prazo, no entanto, existem experiências fundamentais já iniciadas, para dar andamento nessa proposta de Educação do Campo: os seminários da Agricultura Camponesa, os seminários e encontros nas comunidades do Projeto Comunidade Família e Educação, Projeto Saberes da Terra, os estudos da Pós-graduação de Educação do Campo, as escolas dos Movimentos Sociais, além das outras possibilidades apontadas neste estudo. Sendo assim, a Educação do Campo e a Agroecologia poderão possibilitar um maior desenvolvimento social, econômico, ambiental, com justiça para com a vida e a natureza.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3º ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2001.

BORDO, A. A. *et al.* **As diferentes abordagens do conceito de território**. Disponível em:
http://www.temasemdebate.cnpem.br/textos/051018_TERRITORIO_ESPACO_quarta.pdf. Acessado dia 20/01/2008.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2001.

CADERNO 08 e 09 SABERES DA TERRA. **Desenvolvimento territorial sustentável e solidário**, 2007.

CADERNO 10 e 11 SABERES DA TERRA. **Cooperação, gestão e Sócio-economia solidária**, 2007.

CADERNO 05 ASSESOAR. **Disciplina de Desenvolvimento Rural Sustentável para além da disciplina e do rural**. Francisco Beltrão, 2007.

CONDETEC. **Território Cantuquiriguaçu-Paraná: diagnóstico socioeconômico**. Curitiba: CONDETEC, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

ECOVIDA. **Uma identidade que se constrói em rede**. Ecovida: Lapa/PR, 2007.

FONSECA, M. T. L. de. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FETRAF-SUL/CUT. **Sistematização e avaliação do Projeto Terra Solidária**. Florianópolis, 2002.

GUSMAN, Eduardo Sevilla e MOLINA, Manoel Gonzáles de. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo. Expressão popular, 2001.

OFM GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. 2° ed. S/C: Instituto Ambiental do Paraná, 2004.

PIRES, Ariel José e WANDA, T. Pacheco dos. **Um pouco da história e geografia de um povo**. Porto Barreiro: Prefeitura municipal, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 18° ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PCFE. Sujeitos "em movimento" uma contribuição para processos de desenvolvimento e educação do campo. Porto Barreiro/PR, 2007.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Programa saberes da terra**, 2006.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3° ed. São Paulo: Expressão popular, 2005.

Capitania de São Vicente. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Capitania_de_S%C3%A3o_Vicente. Acessado dia:
20/01/2008.

Território. Disponível em:
www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/13240. Acessado dia
28/01/2008.

ANEXO 01

QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO COM OS PEQUENOS AGRICULTORES (26) DA COMUNIDADE LINHA GONÇALVES

A - Sobre a propriedade e a produção

1. Há quanto tempo reside na propriedade? _____

2. Como obteve a propriedade? _____

Qual é a cultura mais importante que está cultivando e há quanto tempo? _____

3. Quais outras produções animais, vegetais...?

4. Incorporar outros elementos.

B - Sobre a composição familiar e o número de pessoas envolvidas na produção

1. Quantos membros da família se envolvem na produção? _____

2. Masculinos, Femininos? _____

3. Qual a participação da mulher? _____

4. Qual a participação dos filhos, a partir de qual idade? _____

5. Incorporar outros elementos...

C - Sobre a formação e a escolaridade dos membros familiares

D - Sobre os limites e possibilidades da adoção do modelo agro-ecológico.

E – Perguntas abertas:

1. Se conhece e o que conhece sobre a produção agroecológica?

2. Quais os limites para a adoção do modelo agro-ecológico?

3. Quais as dificuldades para a adoção do modelo agro-ecológica?

ANEXO 2

PROGRAMA SABERES DA TERRA

PROJETO DE VIDA - TEMA: SEMENTES CRIOULAS

TURMA: SOL NASCENTE - GUARANÍ DO CAVERNOSO

EDUCANDO JOSÉ BUENO

1. INTRODUÇÃO

Diante da importância do projeto de vida para o desenvolvimento da agricultura familiar, dando uma qualidade melhor de vida para as famílias, inclusive a minha família que vem de uma origem camponesa. Meus avós paternos foram conscientes ou desenvolveram um trabalho na agricultura camponesa, com garra e coragem para que tudo se tornasse para a família o melhor. Meus avós paternos nasceram no município de Quedas do Iguaçu.

Meus avós maternos foram camponeses da mesma forma, desenvolveram uma agricultura sustentável. Minha avó materna nasceu no município de Palmas e meu avô materno nasceu em Campo Mourão.

No passar dos anos, em 1944 nasceu minha mãe e em 1957 nasceu meu pai, foram também camponeses, sempre trabalharam no campo. Em 1978 através de todas essas famílias acima citadas nasceu mais um camponês que sou eu José Bueno. Em 2003 construí minha família casando-se com a senhora Eleni Ramos da Silva aqui no município de Porto Barreiro e pretendemos viver no campo, porque vim de uma família camponesa.

2. JUSTIFICATIVA

Vou trabalhar na linha sementes crioulas eu e mais a minha família porque com certeza estamos em rumo certo, porque no meu ponto de vista a maioria dos seres vivos são sementes e, também vivem ou sobrevivem de sementes. Por exemplo: O ser humano não sobrevive sem sementes, precisamos de sementes, quanto maior a quantidade de sementes crioulas os camponeses conseguirem ter com certeza teriam uma propriedade sustentável.

Os animais também precisam de sementes, na criação de gado precisamos de sementes, na criação de suínos, aves e tantas outras espécies de animais precisamos de sementes, e por certo precisamos de sementes crioulas não sementes geneticamente modificadas (transgênico). Também quero cuidar das fontes porque também sem água todos os seres vivos não poderiam

água para poder produzir precisa das sementes de adubação para poder se fortalecer e produzir outras variedades de sementes, então, é por isso que vamos trabalhar com sementes crioulas, todos os camponeses tinham que produzir sementes embora, tivessem em outras atividades como: leite, cana de açúcar e outras. Para não se obrigar mais tarde se alimentar de sementes transgênicas.

3. OBJETIVO GERAL

Quero chegar ao ponto de ter o máximo de qualidade de sementes crioulas. Manter a autonomia das sementes para não ser obrigado a se alimentar de sementes geneticamente modificadas. (transgênicas).

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Resgatar sementes seja de uma forma ou de outra;
- b) Melhorar a qualidade/fortalecimento do solo com adubação verde (Rotação de cultura);
- c) Proteger as fontes com reflorestamento;

5. METODOLOGIA

Fazer resgates de sementes com os vizinhos e também nos municípios vizinhos, para chegar ao máximo de qualidades de sementes para que a família tenha uma propriedade sustentável. Melhorar ou fortalecer o solo para que a família não tenha custos no mercado como: Insumos, agrotóxicos e também depender o mínimo do mercado na parte de alimentação humana.

Proteger as fontes com reflorestamento, para que não falte água no caso de estiagem, fazer esse trabalho ou todos esses trabalhos que foi acima escrito com a mão de obra familiar.

5. CONCLUSÃO

Esperamos que com este projeto de vida melhore as condições de vida da família, melhorar a renda, propondo uma qualidade de vida e permanecer no campo.

ANEXO 3

TABELA: Custo de produção anual do rebanho leiteiro. Referência cadernos de contabilidade agrícola.

ITENS	UN	QDADE	CUSTO UNITÁRIO R\$	CUSTO TOTAL R\$
CUSTOS VARIÁVEIS				
SEMENTES DE PASTAGENS				
RAÇÃO				
MEDICAMENTOS				
LUZ				
INSEMINAÇÃO				
MÃO-DE-OBRA				
TOTAL (CUSTOS VARIÁVEIS)				
CUSTOS FIXOS				
DEPRECIAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS		,10		
MANUTENÇÃO DAS CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS		,10		
TOTAL (CUSTOS FIXOS)				
CUSTOS TOTAL				

Calcule a quantidade de leite produzido por você.

Consumo mês	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Leite (lt)													Lt

Elaboração do custo de produção do leite:

$$\text{Custo de produção} = \frac{\text{total gastos por ano}}{\text{total litros por ano}} = \frac{\text{-----}}{\text{-----}} \left(\frac{\text{R\$}}{\text{ano}} \right) = \left(\frac{\text{R\$}}{\text{lt}} \right)$$

Anotações na tabela de controle de gastos, trabalho e rendimento na propriedade, diariamente para obter em dia atividades. Essa forma foi importante, pois um dos membros da família fica responsável em fazer anotações a cada final de semana em um momento escolhido pela família ele expõe todas as anotações da semana e fazem um diálogo procurando entender melhor o desenvolvimento da produção e infra-estrutura. Melhora assim o entendimento na questão de gênero, pois são desenvolvidos os papéis sociais tanto pelo masculino quanto pelo feminino e na maioria das vezes no coletivo. É importante que cada semana um membro da família faça essas anotações e relate no grupo. Na próxima semana outro assumirá essa atividade e assim sucessivamente até repassar todos os membros da família que saiba ler e escrever, pois estará aperfeiçoando a leitura, escrita, interpretação, oralidade, operações com cálculos e ainda planejando juntos os seguimentos de seu projeto de vida.

PREPARO FÍSICO DE OBRAS MONOGRÁFICAS DA COLEÇÃO REBOUÇAS: CARIMBOS, ETIQUETAS E FITILHOS

A Biblioteca Rebouças é constituída de coleção criada a partir de 2012 juntamente com obras que pertenciam à Biblioteca de Ciências Humanas e Educação. Atualmente compreende os Cursos de **Educação (Pós) e Turismo**. O Nível Monográfico de Catalogação é composto por: Livros, Dissertações e Teses. O Nível Seriado de Catalogação refere-se a toda Publicação em Série ou Periódica.

A Seção de Preparo Técnico de Obras seleciona e disponibiliza o acervo a partir da Catalogação, Classificação e Indexação, compreende também o Preparo Físico, que é composto por: carimbos, etiquetas (código de barras e lombada) e fitilho.

Carimbos: Os livros devem ser colocados nos cortes superior, inferior, dianteiro/ frontal, folha de rosto e página 27.

Etiquetas de Código de Barras: As etiquetas de códigos de barras são coladas na parte frontal da capa, na mesma altura da etiqueta de lombada.

Etiquetas de Lombada: As etiquetas de lombada são geradas pelo *Sphia*, selecionando a aba exemplar e digitando o primeiro e o último número do código de barras UFPR (intervalo entre os códigos de barra). Obras que possuem **sobrecapa** devem ser geradas **duas etiquetas de lombada**, sendo que o código de barras irá na capa original. Será necessário fazer uma "janela" na sobrecapa para deixar o código de barras visível. O **contact da Coleção Rebouças** é de 5cmx15cm e cobre tanto a etiqueta de código de barras quanto a etiqueta de lombada. O fitilho (dispositivo de segurança/alarme) é inserido no refilho/miolo do livro e completa o preparo físico.

